

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

02 a 08 de Dezembro Nº 17

CAMINHO PARA A DEMOCRACIA ESTÁ ABERTO NA ÁFRICA DO SUL

PRIMEIRO PASSO PARA NOVA CONSTITUIÇÃO

Teve lugar em Johannesburgo, nos dias 29 e 30 de novembro, a última reunião preparatória da abertura oficial das negociações que conduzirão a uma nova constituição sul-africana, marcada para 20 de dezembro. Nela participaram o governo (Partido Nacionalista) e cerca de duas dezenas de partidos e organizações políticas, entre os quais o ANC, o Inkatha e o Partido Democrata (dos bancos liberais). Não participaram da reunião as forças da extrema-direita branca e algumas formações negras de extrema-esquerda, como a AZAPO; o Congresso Pan-Africano (PAC), da esquerda negra, abandonou a reunião, abalando fortemente a "Frente Patriótica", composta por ele e pelo ANC. O clima geral é de otimismo, e o governo, segundo o Expresso, espera poder estabelecer um governo de transição, que governaria até a adoção da nova constituição (cabe recordar que o governo acredita que as negociações podem vir a demorar até três anos). O governo sul-africano defende a atribuição de poderes à conferência multipartidária para a elaboração da nova constituição, ao passo que o ANC e as demais organizações negras, exceto o Inkatha, exigem a eleição de uma assembleia constituinte pelo voto popular. Existem presentemente dois grandes projetos constitucionais: o do governo, que pretende devolver parte do poder controlado pela administração central às autoridades regionais e locais, garantindo ainda uma "representação ponderada das minoras", compondo um Estado unitário com uma acentuada marca federal; e o do ANC, que deseja um governo central forte, sem qualquer estatuto especial para os grupos minoritários. A vitória do Partido Conservador nas eleições efetuadas em Virgínia, no Estado de Orange, demonstra a insatisfação de setores da minoria branca com os rumos do processo político sul-africano, mas esta insatisfação não parece capaz de impedir o prosseguimento das negociações. Em um momento em que a economia do país apresenta sinais de recuperação, apresentando perspectivas amplas de crescimento, em grande

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Celso Barão, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretária: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

parte devido às novas condições externas, as reformas parecem ter atingido um ponto do qual não se pode retroceder. (pp.19-24). II

SAVIMBI CONTRA NOVOS PARTIDOS

SAVIMBI MUDA DE TOM (Angola)

O discurso moderado e pacifista de Jonas Savimbi, no que se refere ao processo de acantonamento das tropas, choca-se com o tipo de sua campanha eleitoral acentuadamente hostil à sociedade civil. Ele afirma que "em Angola não há terreno para uma terceira força" e que os partidos emergentes "terão de esperar cinco anos para terem lugar, porque desta vez não vão apanhar nada". Savimbi acrescentou ainda que considera "toda a oposição civil como tentáculo do MPLA". (pp.05-06)

UM ABANDONO CALCULADO (Angola)

A demissão do ministro das Finanças angolano, Aguinaldo Jaime, já estava sendo prevista, apesar do adiamento da remodelação governamental sugerir a possibilidade dele permanecer até às eleições de 1992. A sua saída não deriva da grave situação econômica e financeira de Angola, mas sim porque ao permanecer no governo, Aguinaldo Jaime estaria comprometendo as suas ambições políticas. Uma outra versão apresenta a incompatibilidade entre Aguinaldo Jaime e o primeiro-ministro, França Van-Dunem, como o catalizador da demissão. (p.06).

NOVO PACOTE ECONÓMICO AGITA ANGOLANOS

FIM DO ESTADO -PROVIDÊNCIA

Luanda permanece atenta aos efeitos de uma nova desvalorização do Kwanza em 50%, e à introdução de sobretaxas que podem ultrapassar os 500%. O novo pacote de medidas, ao decretar o fim dos cartões que dirigentes e quadros graduados da administração utilizavam em lojas especiais, bem como um aumento salarial, teve como consequência o fim da onda de greves que se espalhava de Luanda para o resto do país. A população recebeu bem o fim dos privilégios desses cartões especiais pois actualmente todos têm acesso a essas lojas, embora com preços bem mais altos. (pp.07 e 12).

ANGOLA ARRUMA A CASA

LUANDA CHAMA EMPRESÁRIOS A INVESTIR

Durante o III Encontro Empresarial Portugal-Angola, realizado na última semana de novembro, o vice-ministro do Plano da República Popular de Angola, Salomão Xirimimbi, buscou transmitir confiança aos empresários portugueses quanto aos investimentos em Angola. Destacou o direito à justa indenização do investimento, a expatriação dos dividendos com base não no capital, mas no lucro líquido e a crescente estabilidade política, como elementos capazes de garantir o investimento estrangeiro.

A grande preocupação de Xirimimbi foi contestar a afirmação de Jonas Savimbi, líder da UNITA, segundo o qual, caso vença as eleições, irá rever todos os processos de investimentos no país.

O vice-ministro do plano informou que em janeiro dar-se-á o início da privatização das primeiras 100 empresas, todas de pequena dimensão. O objetivo é implementar um "tecido empresarial privado nacional". As empresas de média e grande dimensão ficarão para uma segunda fase, onde espera-se con-

tar com o investidor estrangeiro, sobretudo, pela ausência de tecnologia e de know how a nível nacional.

Na cerimônia de encerramento do encontro, Xirimimbi afirmou que não há uma ruptura entre o governo angolano e o FMI, e sim divergências quanto à política cambial e monetária. O FMI defende o radicalismo, enquanto o governo angolano acredita no gradualismo, visto que, o dinheiro não está igualmente distribuído pelo país, o que inviabiliza uma desvalorização do Kwanza. (pp.09-11).

OBSERVADORES DO PROCESSO DE PAZ FAZEM SUGESTÕES AO MPLA E UNITA (Angola)

A tentativa é recuperar os atrasos, através dos novos calendários estabelecidos para o acantonamento das tropas e a extensão da administração central a todo o território angolano, cuja conclusão está prevista para 15 de dezembro. A partir de agora, o governo fará a nomeação dos novos administradores, para os locais até então fora do seu controle, podendo eventualmente a UNITA propor alguns elementos para postos de governo nas áreas onde a situação se agrava (p.11).

UNAMO NÃO ACEITA CAPITULAÇÃO (Moçambique)

CASIMIRO NHAMITAMBO DESPEDE-SE DO PALMO

Terminou no dia 20 de novembro o congresso constituinte da União Nacional Moçambicana (UNAMO), realizado em Maputo, tendo sido aprovados os estatutos, delineadas as linhas gerais da proposta de governo e eleitos os dirigentes nacionais do partido. O presidente eleito da UNAMO, Carlos Reis, em seu discurso de encerramento destacou o fato do congresso ter contado com a participação de delegados provenientes de todas as províncias do país, afirmou que seu partido não capitulará diante das pressões vindas de forças contrárias ao processo de democratização, conclamou a Frelimo e a Renamo a concluírem o acordo de paz e defendeu a instituição de um fundo destinado a permitir a viabilização dos partidos emergentes. Outro fato demonstra a agitação existente entre a oposição moçambicana: diversos militantes do Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO)— entre os quais Casimiro Nhamitambo, membro fundador — anunciaram no dia 22 de novembro a sua desvinculação deste (devido à "nenhuma seriedade e respeito pelos princípios e objetivos consagrados nos Estatutos") e a criação de um novo partido, composto basicamente por ex-militantes e simpatizantes do PALMO, o Partido Social-Liberal e Democrático (SOL). A nova formação política diz combater o regionalismo, o racismo, o tribalismo, o autoritarismo e a corrupção que segundo ela grassa em Moçambique, exortando a Frelimo e a Renamo a concluírem os acordos de paz no menor prazo possível. (pp.15-16).

CORRUPÇÃO 'AMEAÇA' AJUDA EXTERNA (Moçambique)

Às vésperas da reunião do Grupo Consultivo sobre Moçambique, que terá lugar em Paris, aumentam de intensidade as críticas à gestão governamental dos programas de ajuda alimentar. [As reuniões de Paris são coordenadas pelo FMI, e asseguram a Moçambique mais de 800 milhões de dólares por ano]. Os doadores internacionais temem que o prolongamento da guerra civil tenha efeitos desagregadores sobre o país e mostram insatisfação com a malversação dos fundos por eles disponibilizados, havendo desacordos entre os próprios doadores

(A agência de desenvolvimento dos EUA, a USAID, considera os doadores nórdicos co-responsáveis do descalabro econômico do setor estatal moçambicano). Chegam à imprensa diversos relatórios sobre desvios da ajuda alimentar, sendo o mais importante o estudo realizado por Herman Gebauer, que afirma que 75% da ajuda alimentar estrangeira é desviada para os mercados paralelos, perdendo desta forma o governo 54% das receitas que reverteriam para o Orçamento. O estudo de Gebauer diz que os lucros deste desvio estão enriquecendo uma "burguesia tradicional de origem indiana e uma nova burguesia— a 'nomenklatura' das estruturas governamentais e do partido-Estado", e defende como solução a privatização dos organismos e empresas ligadas à distribuição de ajuda alimentar. Esta solução é por sua vez criticada, posto que poderia simplesmente transferir a corrupção e os desvios para o setor privado. (p.17).

Índice

África Geral-PALOP	01-02
Angola	03-12
Cabo Verde	13
Guiné-Bissau	13
Moçambique	14-17
África do Sul	18-24

EXPRESSO, SÁBADO 30 DE NOVEMBRO DE 1991

Aerocondor voa para a Covilhã e estuda expansão para África

investe em África

AEROCONDOR Angola e Aerocondor Moçambique é o nome das empresas recentemente constituídas em África pelo grupo liderado por Vítor Brito, as quais aguardam apenas pela chegada de «dias menos conturbados» naqueles dois países de expressão oficial portuguesa.

No que diz respeito à primeira, criada imediatamente a seguir aos acordos de paz celebrados em Lisboa entre a UNITA e o Governo angolano, Vítor Brito explica que «o investimento a realizar (inicialmente orçado em 200 mil contos) se deverá reflectir na recuperação das instalações de um aeródromo localizado 60 quilómetros a sul de Luanda».

O empresário português refere ainda que «em Angola, como em Moçambique (país onde o capital a investir pela empresa ali criada deverá ascender a um montante sensivelmente igual ao aplicado em terras angolanas), interviremos em todas as áreas de actividade em que já nos encontramos actualmente».

Face ao crescimento do grupo Aerocondor, actualmente proprietário de 31 aeronaves (o que representa um investimento acumulado de dois milhões de contos, incluindo um hangar de

1.400 metros quadrados, bem como oficinas de manutenção, simuladores de voo e instalações para alojamento de alunos estrangeiros), Vítor Brito admite avançar em seguida para a constituição de uma «holding», «até porque o capital social da ATA vai ter que aumentar para 300 mil contos, conforme indica a legislação para as empresas de transporte aéreo regular».

Novos parceiros

A entrada de novos parceiros económicos para a estrutura social da empresa (ainda de cariz familiar) é igual-

mente admitida por Vítor Brito.

Entretanto, um projecto de criação de uma Escola Superior na área da pilotagem e engenharia aeronáutica foi já entregue pela Aerocondor ao Ministério da Educação há cerca de um ano e meio, esperando-se que a aprovação oficial chegue no «início de 1992».

Trata-se de um investimento próximo dos 400 mil contos, a concretizar até finais de 1993, altura em que se dará início ao primeiro ano lectivo da nova escola superior.

«Existe mercado (nomeadamente proveniente do estrangeiro) para esta área específica do ensino», afirma convicto o presidente da Aerocondor, adiantando que «actualmente temos uma grande facilidade de contactos em Espanha, junto da transportadora Ibéria e das suas associadas, para onde já formamos pilotos de alguns anos a esta parte. Por outro lado, estamos também agora a ser contactados por pilotos franceses, e de outros países europeus, que nos solicitam a realização de alguns cursos de formação».

Refira-se a propósito, que 1,80 por cento dos alunos actualmente formados na Escola

de Aviação Aerocondor, são de origem estrangeira. Para além dos países já referidos, são ainda clientes daquela escola naturais do Equador, da Venezuela, de alguns PALOP e também de países árabes.

A transportadora aérea nacional (TAP) também recorre com alguma frequência aos serviços da Aerocondor na área da formação.

O custo médio de um curso de piloto profissional de aviação ronda os 5.500 contos, ascendendo a 120 o número de formandos anualmente «preparados» pelos técnicos da Aerocondor.

V.S.A.

A ATA-Aerocondor Transportes Aéreos iniciou ontem, dia 1 de Dezembro, ligações aéreas diárias entre os aeródromos de Cascais e da Covilhã. As operações aéreas vêm dar resposta às aspirações da Câmara Municipal da Covilhã, que pretende dotar a região de um meio de transporte rápido de ligação à capital. Para a Aerocondor, o serviço agora iniciado permite a expansão da sua actividade neste tipo de serviço aéreo.

Foi equacionada a utilização do Aeródromo de Cascais situado no centro do triângulo Lisboa-Sintra-Cascais, dotado actualmente de todas as infra-

estruturas necessárias ao desenvolvimento de operações comerciais. A autarquia da Covilhã e a Aerocondor asseguram, quer à partida quer à chegada, os *transfers* entre os aeródromos e os centros das cidades de Lisboa e Covilhã.

De segunda a quinta, Cascais e a Covilhã são servidas por dois voos; à sexta-feira existe uma terceira ligação com partida da Covilhã. Ao domingo existe apenas um voo com partida de Cascais. As ligações aéreas não se efectuam ao sábado. O preço do bilhete de ida e volta é de 14 mil escudos. Os voos são efectuados em *Beechcraft Baron 58*, um

aparelho bimotor dotado de uma velocidade cruzeiro de 330 quilómetros/hora.

Angola e Moçambique na rota da Aerocondor

Em 1990, o volume de negócios do grupo rondou o milhão de contos. Dos projectos futuros da Aerocondor destacam-se a constituição de uma escola superior na área da pilotagem e engenharia aeronáutica e a expansão das suas actividades para Angola e Moçambique.

O grupo abrange sete empresas ligadas à aviação, entre as quais a Aerocondor, voca-

cionada para o comércio e manutenção de aeronaves, a Escola de Aviação Aerocondor, que forma pilotos e técnicos de aviação nacionais e estrangeiros, nomeadamente para a TAP, Ibéria e a ATA-Aerocondor Transportes Aéreos, vocacionada para o transporte aéreo.

As restantes empresas do grupo dedicam-se a várias actividades ligadas à aviação, como a fotografia aérea vertical, monda química, publicidade aérea. No total, o grupo possui 30 aeronaves, hangares numa área de 1,4 mil metros quadrados, oficinas de manutenção e simuladores de voo.

O JORNAL . 29.11.1991

Da TAP à USAfrica Airways

Uma nova companhia aérea, a USAfrica Airways, vai passar a ligar a costa oriental dos Estados Unidos a Joanesburgo, com uma escala técnica em Cabo Verde. O início dos voos terá lugar em 1992, a um ritmo de três voos semanais. A ligação poder-se-ia estender mais tarde a Harare (Zimbabwe) e Gaborone (Botswana). Está igualmente em estudo uma escala em Angola, e em Windhoek.

A grande curiosidade desta nova companhia é que o seu presidente será um antigo funcionário da TAP-Air Portugal, Michael Meszaros, que já foi director de vendas nos Estados Unidos, tanto da companhia nacional portuguesa como da South African Airways.

Entre os membros do conselho de administração de USAfrica Airways, vamos encontrar Chester Crocker, que foi o «Sr. África» do presidente Reagan, e grande artesão da política americana na África Austral.

Exportações para PALOP sobem 12,5%

AS EXPORTAÇÕES portuguesas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) aumentaram 12,5 por cento no período de Janeiro a Setembro deste ano, comparado com igual período do ano passado. Actualmente, segundo um estudo do Instituto Nacional de Estatística, representa 3,5 por cento, contra 3,1 por cento do ano passado. O saldo positivo desta área económica expandiu-se 16,3 por cento, o que constitui uma significativa melhoria da taxa de cobertura das importações pelas exportações em relação a 1990. Têm sido registados saldos positivos com todos estes países. Por sua vez, as importações dos PALOP continuaram a registar uma desaceleração nos nove primeiros meses deste ano (-0,8%).

Cooperação O JORNAL 29.11.1991

Militares facilitam negócios em África

Mais de cem oficiais e sargentos das Forças Armadas portuguesas já estão nos Palops. Poderão abrir caminho aos empresários

Hermínio Santos

OSDOIS OFICIAIS do Exército que, na última quarta-feira, partiram para o Mindelo com o objectivo de procederem à elaboração de estudos definitivos sobre a construção de uma carreira de tiro no campo de instrução do Morro Branco, em Cabo Verde, são os protagonistas de mais um episódio de uma história de sucesso que é o regresso dos militares portugueses a África. Neste momento mais de cem militares do Exército participam em 22 projectos de cooperação que aquele ramo desenvolve em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Moçambique, em São Tomé e Príncipe e em Angola.

Para além da cooperação militar entre duas forças que combateram entre si, uma das principais consequências daqueles projectos poderá ser a abertura às empresas portuguesas de construção civil, por exemplo, da possibilidade de bons negócios. Aliás a missão

militar portuguesa que está na Guiné-Bissau ficou instalada num edifício construído por uma empresa do nosso País. Naquela ex-colónia portuguesa, o Exército português tem em curso projectos de cooperação nas áreas das transmissões, da engenharia militar e do serviço de material e na da formação do pessoal de serviço de saúde.

No entanto foi com as Forças Armadas da República de Moçambique que o nosso Exército assinou mais acordos de cooperação. Dos seis actualmente em curso, destaca-se a criação de um campo de instrução de comandos e paraquedistas e para operações especiais, da Escola Prática de Logística do Maputo e de uma Escola Prática de Infantaria, no Boane. Os militares portugueses estão ainda a estudar a implantação, naquele território, de um sistema de recrutamento e mobilização.

Com São Tomé e Príncipe e com a República de Cabo Verde também estão a ser desenvolvidos projectos nas áreas da organização, principalmente com a criação de um sistema de mobilização e recrutamento e com a reestruturação, em São Tomé, do respectivo Estado-Maior General das Forças Armadas. Ainda em São Tomé, o Exército participa na implantação de um campo de instrução militar num antigo quartel que, durante a guerra colonial, serviu para albergar a antiga companhia de Caçadores 7.

Mas os projectos de coope-

ração que têm despertado mais curiosidade são os que se desenvolvem na República Popular de Angola. No âmbito do processo de paz, já estão no Huambo 22 militares portugueses. Os oficiais nacionais participam também na recuperação de unidades fabris militares e na reestruturação do Exército angolano. Trata-se, no fundo, de fazer a transição de um sistema militar que assentava em princípios marxistas para um sistema ocidental.

A cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias não se faz apenas nestes países. Pela primeira vez, três militares angolanos ingressaram na Academia Militar, em Lisboa. Eles fazem parte de um grupo de 134 africanos que estão a frequentar cursos em unidades do Exército português. O maior número encontra-se na Academia: além dos angolanos, 15 cabo-verdianos, cinco da Guiné-Bissau, dois de São Tomé e 31 de Moçambique.

Os restantes militares distribuem-se, entre outras unidades, pelo Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego, pela Escola Prática de Infantaria, em Mafra, pelo Regimento de Comandos, na Amadora, e pela Escola de Sargentos do Exército. Dos 134 militares que estão em Portugal, 75 são moçambicanos e 35 cabo-verdianos.

Angola 16 anos depois é a mesma

LISBOA (VP) — Mergulhada nos mesmos problemas da adolescência infeliz e conflituosa, Angola completou 16 anos como país independente. E ainda espera ser anunciada a data em que serão realizadas eleições para a sua passagem à idade adulta.

Essa data é esperada com muita ansiedade, pois os angolanos não vêem a hora de pela primeira vez exercer livremente o seu direito cívico de eleger os deputados e, provavelmente, o Presidente da República. Estava prevista para o dia 11 de novembro a anúncio da data das eleições gerais do próximo ano, mas isso não aconteceu. Ainda paira no ar a dúvida sobre quando acontecerá.

Enquanto para a UNITA setembro é a época ideal para o escrutínio, o Governo adianta que está interessado, mais que qualquer outra força política, em que as eleições se realizem no prazo estipulado sem apontar uma data precisa. As diversas forças envolvidas estão divididas quanto ao assunto, defendendo uma parte delas o prolongamento do período de transição para melhor se prepararem para a corrida eleitoral.

A realizarem-se as eleições entre setembro e novembro de 92, sobriaria pouco tempo para que os novos partidos se fizessem sentir em todo o país, conhecendo-se as suas dificuldades de trabalho, que partem até do fato de a maior parte não ter conseguido reunir as três mil assinaturas necessárias para solicitar a sua inscrição oficial do Tribunal Supremo.

Apesar de o Governo ter proposto ao Parlamento a aceleração da lei dos partidos políticos, fica difícil adivinhar qual será o desempenho das várias forças num quadro definitivamente marcado pela bipolarização entre o MPLA e a UNITA. A proposta que elimina a apresentação de atestados de residência para o processo de recolha das três mil assinaturas, podendo a residência ser comprovada através de bilhete de identidade pode ser substituído como documento probatório por outros julgados autênticos pelo tribunal. Tudo ainda é uma incógnita.

Mas este 11 de novembro, décimo sexto aniversário da proclamação da independência de Angola, não deixa de ser curioso e interessante. Pela primeira vez, desde 1975, os líderes das três forças políticas que fizeram a luta anti-colonial e subscreveram os acordos de Alvor, no Algarve, estão em Luanda.

Holden Roberto, da FNLA, regressou há dias dos Estados Unidos e Europa, enquanto Jonas Savimbi, da UNITA, voltou de uma viagem a Marrocos e à Costa do Marfim. Agostinho Neto, o terceiro signatário daqueles acordos, que possibilitaram a proclamação da independência, faleceu em 1978 e foi substituído à frente do MPLA por José Eduardo dos Santos, atual Chefe de Estado.

Neste primeiro aniversário da independência celebrado em paz, persistem em Angola problemas tão graves como o do ecantonamento das tropas dos dois exércitos, que está com um atraso superior a quatro meses e que preocupa seriamente todos os lados, dado o perigo que a sua não efetivação representa. Em muitas zonas onde os militares já estão aquartelados registram-se deserções em busca de víveres, pois é grande a penúria, apesar dos programas de assistência das Nações Unidas e dos Estados Unidos.

Com os militares fora dos quartéis — e armados — a situação torna-se complicada, pois pode resultar no aumento da insegurança que já se vive, com acréscimo considerável da violência urbana e repetição de conflitos mortais entre elementos das duas forças militarizadas.

O processo de paz leva consideráveis atrasos, que terão inevitavelmente consequências no período previsto para as eleições. Muitos problemas que se têm constatado não foram previstos em Bicesse e só com muita habilidade dos observadores estrangeiros se tem conseguido manter o equilíbrio que hoje permite aos angolanos comemorar efusivamente o dia nacional.

Sem o troar dos canhões, os angolanos assinalam neste 11 de novembro com a esperança de que nada será como dantes e que no próximo ano terão a sua maior prova de maturidade quando forem chamados a escolher quem dirigirá os seus destinos.

Portugal já extrai petróleo em Angola

LISBOA (Especial para VP) — A Petrogal começou este mês a extração de petróleo em Angola. O ritmo ainda é pequeno, a produção não paga o investimento, mas as perspectivas de crescimento da maior empresa portuguesa ligada ao ouro negro são imensas e isso dá à Portugal a certeza de liderança no continente africano e uma quase auto-suficiência no setor petrolífero.

Há alguns anos a Petrogal está implantada em África abastecendo-se de petróleo bruto — 31% na África Ocidental e 30% na África do Norte, no ano passado. Possui empresas nos países de língua oficial portuguesa e participa de tudo o que diz respeito a sua especialidade, desde a pesquisa a extração até a distribuição e venda, passando pela industrialização. Com esse poderio, a Petrogal pode ser qualificada como um observatório privilegiado do que são as relações de Portugal com aquele Continente. É também a estrada para caminhar de outras empresas industriais portuguesas.

Aqui, neste pingue-pongue, o engenheiro Luís Monteiro Forte, membro do conselho de administração da Petrogal, conta como a empresa chegou à exploração do petróleo em Angola e o que faz e projeta no continente africano. E mais: revela um pouco do futuro promissor para Portugal através das ações da empresa naquele mercado.

A Petrogal está envolvida na pesquisa, prospecção e extração de petróleo em Angola. Qual é a situação neste momento?

— A Petrogal, em termos do off-shore de Angola, participa no Bloco 1. Tem ali dez por cento de participação. É o Bloco 1 começava a produzir petróleo este mês. Uma pequena quantidade ainda, mas começou a produzir. O petróleo que esperamos recuperar no off-shore dará para pagar as despesas mas não dará de manêira nenhuma para pagar o investimento. No on-shore temos uma participação no Cabinda Central, também uma participação pequena, em que o operador responsável será a BP. Os contratos estão praticamente todos assinados e a exploração começará, talvez, no próximo ano.

Também em Angola a Petrogal possui uma empresa agroquímica — a AGRAN. No relatório do ano passado da empresa fala de revitalização, o que vai significar isso no caso da AGRAN?

— A Petrogal possui em Angola uma empresa chamada AGRAN, instalada desde muito antes do 25 de abril. É, portanto, uma empresa com tradições angolanas. É dedicada ao apoio à agricultura e aos tratamentos fitossanitários. E como é que vamos tentar revitalizar a AGRAN? A AGRAN tem dificuldades na importação de matérias-primas, porque embora o Ministério da Agricultura dê os poderes para a importação de uma série de matérias-primas, chega-se ao Banco Nacional de Angola e o dinheiro não aparece. Portanto, já acordamos com o Banco Nacional de Angola uma linha de crédito, que será financiada por uma empresa em que a Petrogal participa, da ordem dos quinhentos mil dólares. Assim, sempre que o Ministério da Agricultura autorizar uma importação de matérias-primas para a AGRAN trabalhar — a AGRAN não é uma empresa apenas comercial, é também uma empresa industrial — poderá utilizar essa linha de crédito ou uma parte dela que depois o governo de Angola pagará.

Num caso como este, não seria de

interesse que o pagamento fosse feito em petróleo?

— O petróleo é um problema complicado. A Petrogal, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze mil barris/dia de petróleo. O dinheiro proveniente desse petróleo é depositado num banco português e destina-se a empresários portugueses, pagamento da dívida, etc. Neste momento a Petrogal não beneficia nada desses pagamentos.

E se aumentasse a importação de petróleo de Angola?

— É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas penso que o número de empresários extrapetróleo que estão interessados são suficientes para absorver todo esse dinheiro.

A Petrogal tem outros projetos em Angola?

— A Petrogal tem um projeto que entrou em ação no princípio deste mês e que é a constituição de uma empresa de distribuição de combustíveis juntamente com a Sonangol. Essa empresa ainda não tem nome definitivo há apenas um primeiro nome falado e que seria Sonangol.

Destina-se apenas à distribuição?

— É só para a distribuição em Angola. As obras começaram em 15 de novembro. Terá sede em Luanda e utilizará duas estações de serviço já existentes naquela cidade, que pertencem à Sonangol, e que serão completamente remodeladas e reconstruídas de acordo com os nossos padrões portugueses.

Tem algum fundamento a notícia de uma eventual participação da Sonangol no capital da principal empresa petrolífera portuguesa?

— Entre os dois ministros, o nosso ministro Miraf Amaral e o ministro dos Petróleos de Angola, João Lourenço Landolite, ficou acertado que em princípio, a Sonangol iria participar no capital da Petrogal após a primeira fase da privatização desta. Este acordo foi feito entre os

em Angola

Voz de Portugal

Rio, 22 a 28 de novembro de 1991

dois, embora não esteja ainda definido nem quantificado.

Na Guiné a Petrogal possui trinta por cento do capital da Dicol, empresa que se dedica à comercialização mas que poderá também ter atividades de pesquisa, prospecção e exploração. Que projetos tem a Petrogal para essa empresa?

— Em relação à Dicol entregámos há cerca de dois meses ao governo da Guiné uma proposta manifestando o nosso interesse, a nossa disponibilidade, para comprarmos mais vinte e um por cento do seu capital, de maneira a passar a ter uma gestão privada e poder melhorar a sua produtividade. Neste momento a Dicol está numa péssima situação financeira e operacional. A disponibilidade que manifestamos de adquirir mais vinte e um por cento do seu capital permitiria à Petrogal dirigir a gestão da empresa e poder torná-la produtiva. A Dicol era da Sacor e, a seguir à independência, a Sacor vendeu ao governo da Guiné setenta por cento do seu capital.

A Dicol só faz distribuição de combustíveis?

— Neste momento só faz distribuição. A parte de pesquisa estava entregue a uma outra empresa nacional guineense, empresa que, se não fechou, está para fechar porque não encontrou petróleo no território da Guiné.

Então a Guiné não tem petróleo?

— Eu penso que há petróleo na Guiné, mas encontra-se nas zonas fronteiriças, quer com a Guiné-Konaké. E essas zonas estão em discussão porque no tempo em que os Portugueses demarcaram ali as fronteiras não havia problemas de off-shore e, portanto, não se estabeleceu a linha na água. Enquanto esse assunto não estiver resolvido a pesquisa continuará suspensa.

A Petrogal tem outras atividades na Guiné?

— No princípio deste ano lançámos uma nova empresa na Guiné que come-

Savimbi muda de tom

EXPRESSO, SÁBADO 30 DE NOVEMBRO DE 1991

çou a operar em favela. É uma empresa que está vendendo combustível em postos. Chama-se Petromar e é cinquenta e um por cento da Petrogal e quarenta e nove por cento de um empresário guineense. Até aqui os barcos de pesca eram abastecidos no alto-mar com combustível de má qualidade ou cheios de água ou tinham de ir abastecer-se a Dacar perdendo dois a quatro dias de pesca. Agora todos os barcos das empresas mistas que atuam na Guiné têm óleo à disposição no cais através desta empresa privada em que a Petrogal participa.

Moçambique é outro país onde a Petrogal tem interesses. Como está ali a sua atividade neste momento?

— Em relação a Moçambique temos lá uma empresa que faz a distribuição de gás, a Moçacor. Essa empresa tem um parque na Maputo e um parque na Beira. Entretanto, fizemos um projeto que apresentamos ao ministro da Indústria de Moçambique para criar um outro parque de distribuição de gás em Nacala.

E a refinaria do Maputo? Tem viabilidade?

— A Petrogal mandou lá uma equipe de técnicos alguns da refinaria de Sines, no ano passado, para ver. E chegamos à conclusão de que a refinaria não tem cura. Ou antes, que revitalizar aquela refinaria seria economicamente uma catástrofe.

E quais os projetos para Cabo Verde?

— Para Cabo Verde há um projeto que é um pouco ambicioso. Em Cabo Verde há dois operadores petrolíferos, a Shell e a Enacol. A Enacol é uma empresa estatal que económica e financeiramente não está muito bem, tendo todos os problemas de uma empresa estatal com muita gente e muita burocracia. Ora já foi anunciado que o novo governo de Cabo Verde iria tentar a privatização da Enacol. E a Petrogal, que tem há vários anos um contrato de abastecimento à Enacol nas áreas de aviação e marítimas, é provável que ajude nessa privatização ou participe mesmo nela.

O RELANÇAMENTO, esta semana, das atividades da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), após duas semanas de crise, parece coincidir com a recente mudança de velocidade política no discurso do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Apostando no reforço dos poderes deste órgão, Savimbi, que advertiu domingo na sua terra natal, Bié, que «só respeitará as leis circunscritas aos acordos do Estoril», viu consagradas as garantias que havia dado quanto à irreversibilidade do processo de paz em Angola, ao ter sido decidido pela CCPM o início formal da extensão da administração do Estado a todo o território.

A partir de agora, o Governo fará normalmente a nomeação de novos administradores, que dirigirão as localidades até aqui fora do seu controlo, podendo eventualmente a UNITA propor alguns elementos para postos de governação nas áreas onde a situação o justificar.

Asseguradas todas as garantias de empenhamento do movimento de Jonas Savimbi, a extensão da administração do Estado deverá estar concluída a 15 de Dezembro próximo, depois de a CCPM ter ultrapassado as «zonas nebulosas» que a mergulharam nas duas últimas semanas no impasse.

Para alguns observadores, o clima de aparente distensão agora alcançado é atribuído à «nova postura discursiva do líder da UNITA». Um discurso que, no entanto, ainda está eivado de alguma ambiguidade, consoante a natureza e o nível da audiência.

Para o líder da UNITA, a paz constitui o maior pressuposto para a democratização do país e para o processo de acantonamento das tropas.

Ambivalência

Actualmente, encontram-se já acantonados cerca de 65% dos efectivos dos dois lados, mas crescentes dificuldades logísticas fazem pairar o espectro da deserção e reclamam por um urgente auxílio da comunidade internacional. Trata-se de uma situação preocupante que extravasa as fronteiras angolanas, pondo em perigo a calendarização acordada no Estoril. Segundo um perito britânico, Angola só poderá realizar eleições na data prevista se houver um «pressing» no processo de acantonamento das tropas e na extensão da Administração do Estado, correndo-se o risco de alinhar pela experiência zimbawéana, «o que significaria anular o registo eleitoral da população e o direito de voto dos angolanos que estão no exterior do país».

O líder da UNITA, que na próxima semana deverá voltar a entrevistar-se com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, espera, porém, que esta situação seja controlada. Adoptando uma linguagem de tolerância e reconciliação, Jonas Savimbi mergulha agora mais claramente a sua estratégia na ambivalência: por um lado, faz um discurso moderado e de pendor pacifista e, por outro, uma campanha eleitoralista acentuadamente hostil à sociedade civil. «Em Angola não há terreno para uma terceira força», advertiu o líder da UNITA.

Com efeito, se, em Luanda, Savimbi tem dado mostras de uma postura colaborante e ponderada, arrefecendo ânimos supostamente exaltados, ao sul do Kuanza parece persistir num outro discurso, de pendor populista, notando-se um crescimento da sua popularidade no meio rural. No entanto, segundo analistas ocidentais, parece estar a querer imprimir um sentido de seriedade à irreversibilidade da paz em Angola, dando ao Governo garantias de que «não obstruirá» as suas acções e de que o ajudará «a manter a paz e a tranquilidade».

A campanha de Savimbi não faltam surpresas. Depois de ter revelado um espectacular alinhamento com algumas posições defendidas por Eduardo dos Santos, Savimbi, que considera «toda a oposição civil como tentáculo do MPLA», rejeitou qualquer hipótese de participar num Governo de coligação e de aderir à Conferência Nacional Soberana.

Comité Central do MPLA reunido

Ao atacar a sociedade civil, Savimbi «cometeu um grave erro de cálculo», disse ao EXPRESSO um intelectual da oposição, que, ferido no seu orgulho, encontrou razão de sobra para insistir na Conferência.

Se a esmagadora maioria da oposição aposta na realização da Conferência Nacional Soberana, acusando a UNITA e o MPLA de recarterm o julgamento popular, já o PRD — que se demarca tanto do fórum proposto pelo Presidente como da Conferência — preferiu alinhar na convocação de uma instância cujas decisões, com a participação do Governo, tenham um carácter vinculativo em regime de consultas multilaterais.

A subalternização do papel da oposição, defendida pelo líder da UNITA, levou também o Fórum Democrático Angolano (FDA) a desfiar um rosário de acusações ao movimento de Savimbi sobre alegadas violações dos Direitos Humanos.

Em Luanda, admite-se que a oposição em bloco possa vir a tomar uma posição face às críticas feitas por Savimbi, havendo, porém, quem veja nelas um mero exercício eleitoralista.

A verdade, porém, é que, para alguns observadores, apesar de Jonas Savimbi ter hostilizado os chamados partidos emergentes, a UNITA parece surgir cada vez mais como a única força da oposição capaz de levar o MPLA à derrota nas urnas.

O MPLA, por sua vez, acusado pelos seus militantes de uma certa inércia eleitoral, tem o seu Comité Central reunido para traçar as linhas mestras do seu novo discurso político, numa altura em que as últimas intervenções de alguns dos seus mais altos dirigentes são reveladoras de grande desorientação eleitoral.

Nesta reunião deverá ser analisada a proposta de aut CANDIDATURA de Daniel Chipenda para o cargo de vice-presidente do MPLA, mas fontes partidárias asseguraram ao EXPRESSO que ela deverá ser rejeitada por ser «intempestiva e eivada de um certo oportunismo e chantagem».

Gustavo Costa
em Luanda

Savimbi contra novos partidos

PUBLICO

TERÇA-FEIRA, 21 NOVEMBRO 1991

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, manifestou-se violentamente contra a possibilidade de novos partidos virem a ter grande papel no futuro imediato da política angolana, que está a ser bipolarizada entre o seu movimento e o MPLA, há 16 anos no poder.

Ao falar num comício na cidade de Cuito, província do Bié, Savimbi rejeitou também a ideia de qualquer espécie de coligação, dizendo que a UNITA conquistou a maioria nas eleições de 1992 e governará sozinha ou então será oposição.

Por outro lado, pediu à comunidade internacional que ajude Angola a resolver o problema da desmobilização dos soldados, facultando-lhes um ensino técnico-profissional ou "os meios para que possam viver condignamente".

Quanto ao caso de Cabinda, criticou a "tentativa do Governo para resolver a questão pela força", pediu a retirada dos 15.000 soldados que disse terem sido enviados para aquela província e o diálogo com a FLEC, que ali mantém uma luta de guerrilhas a favor da independência.

Embora tenha admitido

que Angola possa vir a ter a médio prazo uma terceira força política com algum peso, Jonas Savimbi considerou que até às eleições do próximo ano nenhum outro partido se conseguirá afirmar claramente, para além do MPLA e da UNITA: "Terão de esperar cinco anos para terem lugar, porque desta vez não vão apanhar nada".

Posição do PRD

Opinião substancialmente contrária era entretanto ontem expressa ao PÚBLICO, em Lisboa, pelo secretário do Partido Renovador Democrático (PRD) para Relações Exteriores, Vicente Júnior: "O povo angolano está cansado dos partidos armados e tem uma ânsia muito forte de mudança. Vai haver surpresas (nas urnas)".

Júnior, que está em Portugal com o líder do seu partido, Joaquim Pinto de Andrade, acrescentou: "Não queremos maiorias absolutas, mas sim relativas, para forçar o diálogo, a concertação. Queremos um Governo de Salvação Nacional, para enfrentar os problemas específicos da reconstrução de An-

gola. Acima dos interesses partidários estão os interesses da nação".

O PRD, a Frente para a Democracia, o Partido Democrático, o Fórum Democrático Angolano e mais algumas formações vindas à luz do dia durante o corrente ano, bem como a renascida FNLA, de Holden Roberto, têm vindo a procurar combater a tendência para que o futuro de Angola seja essencialmente decidido entre os grupos de José Eduardo dos Santos e de Jonas Malheiro Savimbi.

Na generalidade, os novos partidos desejariam mais tempo para se preparar até às primeiras eleições gerais multipartidárias (e o próprio MPLA sempre defendeu um período de transição mais lato), mas a UNITA faz ponto de honra em que os angolanos vão às urnas, o mais tardar, em Novembro do próximo ano. Ou até, se possível, logo em Setembro, antes de começar a estação das chuvas.

A data definitiva das legislativas e das presidenciais deverá vir a ser anunciada pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, depois de consulta a todas as formações políticas. ■ J.M.

Um abandono calculado

A DEMISSÃO do ministro das Finanças angolano, Aguiñaldo Jaime, não apanhou ninguém de surpresa, tantas vezes já tinha sido prevista e anunciada no passado recente. O adiamento da remodelação do Governo de Luanda chegou, no entanto, a sugerir a ideia de que Aguiñaldo Jaime poderia aguentar até às eleições. Nunca acreditei nessa possibilidade. Dos contactos que tive com o agora ex-ministro das Finanças ficou-me a certeza de que a ruptura era inevitável. Não pelas dificuldades decorrentes da trágica situação económica e financeira de Angola, nem pelas resistências realmente existentes à adopção de medidas duras nesta fase de transição. A razão era outra e muito mais simples: ao permanecer no Governo até às eleições Aguiñaldo Jaime estaria a hipotecar o seu futuro político e é na política e não na gestão da economia que Aguiñaldo Jaime tem os olhos postos.

A saída de palco de Aguiñaldo Jaime e de outros pragmáticos pode ter, a prazo, um efeito muito positivo na política angolana. Na realidade, o progressivo afastamento da actividade partidária

EXPRESSO 16/11/91

mais directamente conotada com o poder, de um número importante de quadros, pode estar a criar em Angola uma tecnocracia indispensável ao funcionamento das estruturas, qualquer que seja o partido no poder. Permitirá a continuidade e evitará uma ruptura dramática. Sobretudo se tivermos presente que tanto o MPLA como a UNITA têm um défice significativo de quadros, mas Angola possui alguns técnicos de elevada craveira internacional. A possibilidade de estes técnicos permanecerem em actividade qualquer que seja o resultado eleitoral é uma garantia para os investidores que querem apostar em Angola. A saída de Aguiñaldo Jaime do Governo não representa seguramente um abandono da sua actividade política, sendo precisamente este facto que representa um sinal positivo para todos os que acreditam que a vida política e a actividade económica em Angola vão estabilizar segundo padrões de normalidade democrática. E quando o grande país africano atingir essa normalidade, Aguiñaldo Jaime vai ter um importante papel a desempenhar.

Luís Marques

Angola

Fim do Estado-providência

Os salários subiram mas o mínimo nacional esgota-se em três frangos

William Tonet
Luanda

INSISTENTEMENTE acusado de praticar uma política económica desastrosa, o governo angolano acaba de adoptar um conjunto de medidas económico-financeiras que tem o aparente propósito de pôr alguma argumação neste desgoverno económico.

Em substância, o governo fez uma segunda desvalorização da moeda nacional na ordem dos 50 por cento, passando o dólar norte-americano a cotar-se a 90 Novos Kwanzas, e aplicou uma nova tabela salarial para o funcionalismo público, fixando em 12 mil NKZ o salário mínimo nacional. Por outro lado, acabou com quase todas as lojas que operavam exclusivamente em divisas, liberalizou o comércio, oficializou a concorrência com o mercado negro de divisas e extinguiu os estabelecimentos comerciais destinados a dirigentes e quadros.

Com a extinção das lojas que só serviam a dirigentes e quadros, a mensagem que o governo pretende transmitir é a de que, daqui para o futuro, os sacrifícios impostos pela economia administrativa passam agora a ser repartidos por todos. Em teoria, acabou-se o tempo da desigualdade institucionalizada. Pela primeira vez, em 16 anos, ministros, dirigentes do MPLA e cidadãos comuns vão encontrar-se nas mesmas lojas e nos mesmos mercados.

O pacote de medidas teve também um outro efeito imediato: o fim em simultâneo da onda de greves que vinha perturbando seriamente o tecido produtivo e social do país. Os grevistas, que reclamavam também o acesso às lojas de dirigentes e quadros e aumentos salariais, viram escapar-se-lhes o tapete que sustentava as suas reivindicações.

A reacção do cidadão co-

mum perante este novo quadro oscila entre a incerteza e a satisfação perante a perspectiva de passar a receber aparentemente salários mais altos que, no caso da função pública, podem chegar aos 420 mil NKZ. Esta subida de salários, em termos reais, não vai ser capaz de fazer frente à subida em flecha dos preços dos principais bens de consumo. Um exemplo: com a liberalização do comércio, o trabalhador que receba o salário mínimo nacional só poderá, com o seu dinheiro, comprar mensalmente três frangos. Se esta, entretanto, for a sua única alimentação... Outro exemplo: pela nova tabela salarial e perante os novos preços, um trabalhador que aufera mensalmente

50 mil NKZ, precisaria de economizar todo o seu salário para, ao fim de 15 meses, poder adquirir um televisor a cores de dimensões médias. Em resumo, nominalmente os salários cresceram mas o poder de compra real vai decair drasticamente.

Se o cidadão comum parece não estar ainda suficientemente esclarecido perante o novo quadro, também as diferentes forças políticas não reagiram ainda com convicção a este pacote de medidas. O PDA, Partido Democrático Angolano, por exemplo, limitou-se a pedir ao governo a suspensão da aplicação das medidas por, alegadamente, irem agravar as condições de vida das populações. Já a UNITA acusa o governo de lhe ter roubado o seu programa económico. Mas no que todos, políticos, cidadãos e empresários, concordam é que o Estado-providência a que todos se habituaram chegou finalmente ao fim.

A classe empresarial angolana, que acusa frequentes vezes o governo de bloquear as suas iniciativas por alegada indisponibilidade de verbas cambiais, vai agora começar a faltar argumentos. É que, com a liberalização dos preços e do mercado de divisas, já não poderá acusar o governo pelos seus insucessos empresariais. A nova tabela salarial veio também trazer problemas inesperados, quer às empresas estatais quer às privadas que

se verão forçadas a acompanhá-las para, no mínimo, assegurarem os seus quadros. Do que parece também não haver dúvida é que os salários que o governo vai praticar para os seus funcionários vão certamente decretar a falência das empresas que dispõem de poucos recursos financeiros.

Não é, seguramente, muito popular o novo pacote de medidas. Mas é aquele que é possível, num quadro marcado por completo desgoverno económico, com uma injustiça social institucionalizada. Um quadro de esbanjamento, de corrupção e de improdutividade. Reconheça-se, finalmente, a coragem do governo do MPLA de aplicar medidas impopulares justamente quando faltam menos de 10 meses para as primeiras eleições legislativas e presidenciais.

Registe-se ainda o facto de o grande mentor dessas medidas, o ministro das Finanças, Aguiinaldo Jaime, poder deixar o governo no fim deste mês, por força de irreconciliáveis contradições com o primeiro-ministro, França Van-Dunem.

PUBLICAÇÃO DE NOVEMBRO 1991

GULBENKIAN DÁ VERBA A HOSPITAL ANGOLANO — A Fundação Gulbenkian vai disponibilizar 37 mil contos para a reconstrução do Hospital do Vouga, no Cuito, Angola. O hospital, destruído durante a guerra civil, está a ser recuperado pela Congregação dos Padres Redentoristas, com o patrocínio da Conferência Episcopal Angolana.

Sinais contraditórios em Angola

Publico
SABADO 30 NOVEMBRO 1991

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2.º DE DEZEMBRO DE 1991

O PROCESSO de paz angolano ganhou fôlego depois de o Governo e a UNITA terem regressado à Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Um sinal positivo é a libertação de prisioneiros de guerra. Mas o ambiente de tensão permanece.

Na quinta-feira à noite, chegaram ao aeroporto de Luanda 210 prisioneiros, provenientes de Menongue, capital do Kuando Kubango, onde uma delegação composta por representantes dos dois lados, da Cruz Vermelha e da missão das Nações Unidas, os foi buscar. Eles haviam sido formalmente libertados em fins de Setembro, mas só agora foi autorizada a sua transferência.

Após cerca de 20 dias de crise em que a CCPM não conseguiu efectuar qualquer das duas reuniões ordinárias semanais, este órgão voltou a reunir-se quinta-feira superando, aparentemente, a crise originada pela morte de um oficial piloto governamental, António Raimundo, por um soldado da UNITA. As partes voltaram a aceitar o princípio do diálogo e concordaram em remeter para a investigação criminal os presumíveis autores da morte do piloto.

E, para lá do facto da CCPM ter voltado a reunir-se, as conclusões a que chegou levam a pensar que as partes estão empenhadas em recuperar o tempo perdido, para que não se arrastem definitivamente as muitas tarefas a desenvolver até à realização das eleições gerais do próximo ano.

Ontem o ministro da Administração do Território, Lopo do Nascimento, deslocou-se ao município de Quibaxe, na fronteira entre as províncias do Bengo e Kwanza-Norte, para repor a autoridade do Governo central na região. Trata-se do primeiro passo no sentido de materializar o princípio da extensão da administração central a todo o território, assunto que provocou acesas discussões. Quibaxe, que fica a pouco mais de 100 quilómetros de Luanda, foi ocupada pela UNITA em vésperas da assinatura dos

acordos de paz e continua até ao momento sob o seu controlo, tendo sido palco de alguns dos incidentes que se registaram um pouco por todo o país entre militares das FALA e as populações dessas áreas.

Savimbi polémico

A UNITA reconheceu a soberania do Governo na nomeação dos administradores, mas propôs alguns homens seus para dirigirem as regiões que controla, só que as autoridades insistem na situação das localidades que só foram ocupadas quando os acordos de paz estavam praticamente concluídos.

Para estes casos o Governo, quer que os antigos administradores sejam reconduzidos.

Enquanto isso, os partidos vão-se preparando para a campanha eleitoral que se avizinha. O Comité Central do MPLA está reunido desde quinta-feira, em Luanda, na sua 3.ª sessão ordinária, para entre outros assuntos programar a sua campanha. Os membros da direcção do partido no poder, que se reuniram pela última vez em Maio do corrente ano, vão avaliar a aplicação do processo de paz e o estado de democratização da sociedade, além das medidas económicas aplicadas recentemente pelo Governo.

Também a UNITA vai reunir, a partir de segunda-feira, a sua Comissão Política com praticamente os mesmos propósitos. Jonas Savimbi declarou, no Bié, que não quer nenhuma coligação para governar e que se não obtiver a maioria absoluta irá para a oposição. Ontem, em declarações a uma rádio sul-africana, afirmou que a UNITA iria responder "olho por olho, dente por dente" às forças "que se dizem da oposição mas que só atacam a UNITA". Visou em especial a FNLA, acusando Holden Roberto de ter fugido "para um exílio dourado em Paris", e o PRD que qualificou de "partidinho" dirigido "por um dito Pinto de Andrade". Declarações que provocaram a imediata reacção das forças visadas que responderam que a UNITA quer apenas justificar a bipolarização entre ela e o MPLA, marginalizando as "forças emergentes". ■

Vitor Silva, em Luanda

A decorrer esta semana

Livro português tem feira em Angola

CERCA de 40 editoras portuguesas, 1 100 autores e 800 títulos estarão presentes, este ano, na Feira do Livro Português, que se realiza em Luanda, no fim-de-semana, disse fonte da organização.

Sob o lema «A ler é que a gente se entende», a feira contará, pela primeira vez, com um pavilhão da União dos Escritores Angolanos, do Instituto Nacional do Livro e do Disco e da Empresa Nacional de Distribuição e Publicações, que mostrarão as obras editadas em Angola.

Os escritores portugueses João de Melo e Clara Pinto Correia estarão presentes durante o certame, prevendo-se a sua participação em mesas (debates) a realizar pela União dos Escritores Angolanos, afirmou, em conferência de imprensa, Manuel Silva Pereira, adido cultural da Embaixada portuguesa em Luanda. A feira será inaugurada pelo secretário de Estado da Cultura angolano, Adelino Peixoto, e pelo embaixador português, Rocha Paris, e apresenta obras de áreas como literatura portuguesa, literatura traduzida, literatura africana, dicionários e gramáticas, ciências sociais, literatura técnica e infantil e juvenil.

Apesar da grande procura que sempre têm tido os livros expostos na feira de Luanda,

a edição deste ano expõe 35 mil volumes, sensivelmente o mesmo número da anterior (1989), alargando apenas o leque de autores e das áreas técnicas representadas.

Espaço diferente

A grande afluência que se tem registado nas edições anteriores, obrigando nomeadamente à presença da Polícia Montada, levou a organização a experimentar este ano um espaço diferente para a feira, o Palácio dos Congressos, onde «é mais fácil assegurar a segurança e o afluxo das pessoas».

Considerando que o certame «não resolve o problema da procura do livro português em Angola, nem pode substituir a distribuição normal do livro», Silva Pereira anunciou que uma missão empresarial da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros estará em Luanda esta semana.

A missão, chefiada pelo secretário-geral Francisco Espadinha, tem por objectivo manter contactos com entidades oficiais e privadas ligadas à produção e distribuição do livro de língua portuguesa em Angola, com vista ao «estabelecimento normal de relações comerciais», e verificar as condições do parque gráfico angolano.

PUBLICO QUARTA-FEIRA, 27 NOVEMBRO 1991

GULBENKIAN APOIA IGREJA ANGOLANA— A Fundação Gulbenkian acaba de conceder uma verba de 37 mil contos para a recuperação do Hospital do Vouga, em Angola. O apoio agora atribuído destina-se à aquisição dos equipamentos para os serviços de cirurgia e radiologia. O Hospital do Vouga está a ser recuperado pela congregação dos Padres Redentoristas, com o patrocínio da Conferência Episcopal Angolana e com o apoio de algumas organizações internacionais, entre as quais a Gulbenkian.

Luanda chama empresários a investir

PLUJLJ

SEXTA-FEIRA 29 NOVEMBRO 1991

dos a mão-de obra excedentária, maioritariamente não qualificada. A criação de um subsídio de desemprego foi um dos avanços registados. Simultaneamente, liberalizou-se a política salarial, com fixação de um ordenado mínimo.

A falta de formação profissional é um dos maiores problemas da mão-de-obra angolana e algo que trava o entusiasmo do investidor estrangeiro, pois "91 por cento dos activos têm menos do que a sexta classe". Um dado que serviu também para justificar a burocracia e alguns entraves nos processos, pois implica que, em muitos casos, certas decisões dependam de uma só pessoa. Angola tem 166 centros de formação profissional, que estão a ser aproveitados a 30 por cento da sua capacidade por falta de monitores.

Foi ainda claramente dito, que não interessa a Angola "investimentos de curto prazo, mas de médio e longo". No mínimo, investimentos contemplados em cinco anos — "e não cinco meses como existem muitas propostas" — para "recuperar o investimento feito". Quanto aos incentivos aos investidores portugueses — outro dos pontos bastante focado neste encontro — "eles não podem ser generalizados, nem iguais para todos. Há alguns que não merecem qualquer incentivo. Têm de ser contemplados casuística e pontualmente".

Neste III Encontro, Angola mostrou que necessita e está receptiva ao investimento estrangeiro, mas que também está disposta a marcar pontos. Consciente das suas riquezas naturais, a mensagem que fez passar aos empresários portugueses foi "decidam-se, porque se não quiserem, há mais quem queira". Na questão dos incentivos ao investimento, nada mais prático: "apresentem os vossos planos de investimento e a gente vê o que eles merecem".

Cesaltino Pinto

Dois ministros angolanos estiveram no Porto no III Encontro Empresarial Portugal Angola. Deixaram uma mensagem clara aos empresários presentes: invistam em Angola.

Não há uma situação de ruptura, nem de confronto, entre o Governo angolano e o Fundo Monetário Internacional. Existem apenas divergências quanto à política cambial e monetária que se pretende para o nosso país", afirmou ontem o vice-ministro do Plano, Salomão Xirimimbi, no encerramento do III Encontro Empresarial Portugal Angola, que decorreu, durante dois dias, na Póvoa de Varzim.

Foi uma ideia que o responsável do Governo da República Popular de Angola quis deixar bem clara, face a algumas apreensões manifestadas pelos cerca de 200 empresários portugueses presentes. E passou a explicar: "em termos de política cambial temos duas alternativas: o gradualismo ou o radicalismo. Face à situação do nosso país, o FMI defende o radicalis-

mo, enquanto nós defendemos o gradualismo. Acharmos que não é correcto o radicalismo, porque o dinheiro não está quantitativamente repartido e não está 'stockado' em todo o país, nomeadamente ao norte do rio Kwanza. Se a liquidez está concentrada, é óbvio que devemos optar pelo gradualismo, porque a nossa economia não tem condições para sofrer uma revalorização".

Por outro lado, Salomão Xirimimbi teceu algumas críticas ao facto de o FMI não ter concedido a Angola, como fez com outros países de Leste, o sistema de câmbio múltiplo. Por estas razões: "o Governo angolano já decidiu que, a partir de 1992, terá negociações directas com o FMI", de forma a salvaguardar a identidade e soberania nacional.

"Democracia não é poesia"

Na tentativa de terminar com as interrogações dos empresários face à instabilidade do país africano, o membro do Governo frisou que "a democracia multipartidária em Angola não é poesia". Ela vai mesmo ser concretizada e "estão já medidas em curso" que constituirão as melhores respostas aos problemas levantados. Por exemplo: há já um programa específico para reconstrução de pontes e estradas, assim como para distribuição de água e instalação

de uma rede de energia eléctrica. O vice-ministro do Trabalho realçou, por sua vez, que "em quatro meses de paz, foram recuperadas 21 pontes e 700 quilómetros de estrada".

No sistema de comunicações, Salomão Xirimimbi lembrou que existe um contrato com a Marconi, para estender a emissão de TV a todo o país, via satélite, o que beneficiará igualmente as ligações telefónicas, recordando ainda o esforço de descentralização do Estado que torna já desnecessário a deslocação a Luanda para resolver certos processos.

"É evidente que Angola é um país subdesenvolvido, mas é também notória que já tem o seu quê de desenvolvimento", afirmou, sustentando a sua afirmação na existência de uma nova postura e filosofia "A economia está praticamente liberalizada e a tendência é para a liberalização total. O conceito de preços fixados mudou radicalmente em Angola, que é hoje um país aberto ao estrangeiro".

Também o vice-ministro do Trabalho fez passar uma mensagem de optimismo aos empresários portugueses potenciais investidores em Angola. A Lei do Emprego e do Trabalho "está a ser profundamente revista". Estão a ser criados seis diplomas de base no quadro jurídico que poderão flexibilizar o emprego e a sua mobilidade, uma vez que é assumido por to-

Para a independência de Angola (também nas artes)

No texto de apresentação desta exposição o pintor Fernando de Azevedo fala de África como de um lugar "alimentado por uma profundidade de vida sem história", de um "continente imenso, imerso no seu próprio segredo" numa "espécie de sangue alastrando por inúmeras veias como num despertar de um corpo em que o vegetal e o animal — e a terra — confluem numa sagração". Observações que não perdem qualidade por serem conhecidas e que ganham mesmo na forma como são ditas.

Mas o próprio as confronta com a dificuldade de, através de uma simbologia estranha a esse mundo ("16 anos 16 artistas"), institucionalizar a comemoração de um acontecimento da esfera do político: a independência da ex-colónia portuguesa. "Que são dezasseis anos neste incontável renascer no dia a dia intemporal? (...) Que são, que quer dizer, dezasseis artistas, pintores, assim associados?" (...) "Pouco, nada de tudo isso, se, por dezasseis anos, amarrassemos à revelação grata de uma adolescência tanta esperança." Pouco também, diríamos nós, se procurassemos por

aqui estabelecer qualquer linha de entendimento da arte em Angola, qualquer imagem da vida artística de Angola. Não foi essa ideia que presidiu à concepção dos comissários. Pretendeu-se apenas associar 16 nomes de artistas com alguma ligação a Angola e essa opção implica um grau de solução aleatória que se descompromete a exposição de intuítos programáticos, compromete também a autoridade das suas imagens. Numa altura em que se pode de novo (finalmente) pensar na Paz esta exposição é, como refere Azevedo, mais uma manifestação de alegria que inconsidera as razões de um coerente discurso artístico para sobrevalorizar as razões de uma celebração política.

A sala escolhida, municipal, é fraca. Nas obras escolhidas há umas que se desentendem com a referência do título (que nada têm a ver com Angola) e não se pode esperar que a naturalidade, a ex-residência ou a simpatia dos artistas para com o país celebrante cubram esse défice; e há outras que se desentendem com a própria história de arte: sendo ineptas nas soluções plásticas propostas, caíndo na tentação do exotismo

ilustrador ou debatendo-se com a dificuldade de fazer a síntese entre a tradição das expressões africanas e a modernidade da arte europeia.

António Ole, principalmente, ou Paulo Jazz ou Vítex parecem os mais genuinamente capazes de criar "uma imagem para Angola". A ausência de Alvim (actualmente residente em Bruxelas e trabalhando em Lisboa com a Galeria Novo Século; mas que mantém uma vitalidade africana essencial na sua obra, é de lamentar. A presença de José Rodrigues ou Gracinda Candeias ou Helena San-Payo parecem querer justificar através dos seus diversificados "currículos" portugueses e ou internacionais a própria existência da exposição, quando os seus chamarizes deveriam ser evidentemente outros: um local de maior visibilidade e prestígio, um maior cuidado no catálogo (de boa concepção mas alguns desacetos); e, naturalmente, a existência de uma verdadeira ideia directora para a escolha dos artistas e das obras.

João Pinharanda

PLUJLJ

SABADO 30 NOVEMBRO 1991

Salomão Xirimimbi, vice-ministro do Plano angolano

ANGOLA ARRUMA A CASA

CESALTINA PINTO

O vice-ministro do Plano da República Popular de Angola, Salomão Xirimimbi, esteve na semana passada em Portugal para transmitir aos empresários portugueses confiança relativamente à concretização de investimentos no seu país. Com esta atitude, o Governo angolano pretende inverter a realidade, que mostra que as intenções de investimento apresentadas pelos portugueses não têm resultados proporcionais em termos de propostas concretas.

Depois do III Encontro Empresarial Portugal-Angola, em que representantes do Governo angolano tiveram oportunidade de esclarecer as dúvidas levantadas pelos empresários presentes, cerca de duas centenas, Salomão Xirimimbi era um homem satisfeito e optimista. "Pela forma como decorreu o encontro, vislumbra-se que em breve algumas intenções se traduzirão em projectos de investimento, já que certas dúvidas que ainda pairavam na mente de alguns investidores foram esclarecidas", afirmou ao PÚBLICO o vice-ministro angolano, transmitindo segurança e confiança "na imensidão das potencialidades e recursos" do seu país.

"Invistam em Angola, sem medo" foi o convite que deixou na mesa. Resta saber se convenceu os empresários e se estes estão dispostos a correr o risco antes dos seus congéneres europeus. Não acenou com grandes incentivos ou regalias. Quanto a isso, foi muito claro e conciso: "Garantimos o direito à justa indemnização do investimento, a expatriação dos dividendos com base não no capital, mas no lucro líquido — o que poucos países do mundo fazem —, e a estabilidade política, já que estamos num processo de

democratização e pacificação da sociedade. Mais garantias julgo que Angola não pode oferecer."

A ideia de que Angola não oferece garantias de estabilidade política e social foi imediatamente refutada pelo vice-ministro do Plano, mesmo tendo em conta que o país terá eleições livres, pela primeira vez, dentro de alguns meses.

"A estabilidade política creio que existe. Angola já não está em guerra. É certo que este Governo tem um vigência limitada no tempo, porque tem apenas mais dois meses de governação. Haverá eleições, mas não me parece que o próximo Governo seja capaz de pôr em causa os acordos existentes. Quanto à estabilidade social, também existe, pois em Angola não há convulsões sociais. Há manifestações de greve, sim, mas é um direito que assiste a qualquer trabalhador. Em Portugal também as há, o que não significa que seja sintoma de instabilidade social." Tal foi a defesa adoptada por um político que gosta de responder à letra.

Só que Jonas Savimbi, líder da UNITA, o principal partido de oposição ao Governo do MPLA, esteve recentemente em Portugal e declarou, em entrevista a um semanário, que, se ganhasse as eleições, iria rever todos os processos de investimento. Esta afirmação contribuiu para abalar ainda mais a confiança dos investidores portugueses. Não sem esboçar um ligeiro sorriso, Salomão Xirimimbi afirmou que "seria um grave erro e uma atitude a todos os títulos condenável, porque demonstraria falta de patriotismo em relação a Angola e revelaria também uma inimizade em relação a Portugal e aos investidores portugueses".

O vice-ministro do Plano de Angola não acredita que a UNITA venha a fazê-lo: "Primeiro, porque

reconheceu, no âmbito dos acordos de Bicesse, o Governo angolano. Logo, este reconhecimento implica o reconhecimento dos actos deste Governo. Se a UNITA for eleita e se se constituir como governo pondo em causa os actos do actual, está ela mesma a criar o pressuposto para a impugnação futura das suas acções."

Como segundo argumento, Xirimimbi fez notar que, se um novo governo resolvesse arrepiar caminho em relação aos investimentos, teria de lembrar-se que "os lesados terão o direito de ser indemnizados justamente. E no que concerne aos investidores estrangeiros há totais garantias disto, até porque Angola é actualmente um país que faz parte do MIGA [Agência Multilateral de Garantia de Investimentos] e como tal estão salvaguardados os interesses" dos investidores.

Segundo este membro do Governo, o actual investimento estrangeiro em Angola "é significativo no sector das tecnologias de ponta, nomeadamente no sector petrolífero e nas indústrias mineiras. No sector industrial está ainda numa fase incipiente". Os Estados Unidos da América, seguidos da França, por deterem a exploração de hidrocarbonetos, lideram o volume de investimentos. Curiosamente, os portugueses ocupam o primeiro lugar quanto a intenções de investimento.

Mas Salomão Xirimimbi considerou o investimento português importante, sobretudo para a reconstituição do tecido empresarial angolano. "A indústria nacional foi, no passado recente, propriedade de portugueses e gerida por eles. Naturalmente que para a sua reconstituição o primeiro parceiro a escolher será Portugal. Não só pelo factor língua mas também pelo factor tecnologia".

Foi também com "bastante agrado" que Xirimimbi frisou que "o Governo português não coloca qualquer tipo de risco em relação a Angola. Pelo contrário". Adiantou como exemplo o facto de ter sido

acrescentada uma adenda ao contrato que existe actualmente entre os dois países para o fornecimento de petróleo à Petrogal, "que vai servir de suporte para um conjunto de acções em curso".

Angola prevê para o mês que vem o início da privatização das primeiras 100 empresas, todas de pequena dimensão. Trata-se de uma medida que tem por objectivo "criar condições para o surgimento de forma consistente e definitiva de um tecido empresarial privado nacional".

"Infelizmente, os empresários nacionais não são ricos, são pobres. Mas o Governo, consciente disso, criou o crédito hipotecário como forma de viabilizar o restabelecimento do seu empresariado", explicou Salomão Xirimimbi. O representante do Executivo angolano admitiu ainda que os estrangeiros já ocupam a maior parte dos quadros médios e superiores, "mas num contexto de cooperação na formação profissional". Quanto à falta de mão-de-obra qualificada e experiente, pode ser "suprida através da transferência de tecnologia e 'know-how' que outros investimentos possam proporcionar".

As empresas de média e grande dimensão ficarão para uma segunda fase e será com essas que Angola pretende lançar o isco ao investidor estrangeiro. "Aqui sim, porque é fundamental a injeção de capital, pelo acréscimo que isso pode trazer para melhoria da balança de pagamentos e, sobretudo, pela ausência de tecnologia e de 'know-how' a nível nacional", disse Xirimimbi. Urgente considerou a activação das áreas que podem contribuir para a diminuição das importações, como a agricultura, a indústria e as pescas.

Não concretizou "timings". "No mais curto espaço de tempo possível" foi tudo o que adiantou Face à insistência do PÚBLICO em saber quais as formas a adoptar para proceder à transferência da iniciativa estatal para a privada, o vice-ministro do



Plano lembrou que a lei prevê "o concurso público, o limitado e os de direito". Mas frisou que "as situações serão analisadas caso a caso", assegurando que é "evidente que numa empresa mista, em que o parceiro já exista, este terá preferência. Logo, poderá ser feito ao nível do ajuste directo. Tudo dependerá do empreendimento em causa".

Esta foi, aliás, uma questão que quis deixar reforçada, negando que tenha alguma vez sido anunciado pelo Governo angolano que as empresas que pertenciam aos portugueses seriam devolvidas. "Esta questão foi equacionada no âmbito do redimensionamento empresarial, mas sempre caso a caso, em função do respeito da legalidade. Neste sentido se situam algumas acções de devolução de empresas, nomeadamente a Casa Americana, propriedade mista de americanos e portugueses, a Sociedade Serafina, proprietária do Hotel Trópico, bem como está em estudo a questão da Sociedade Abóbada, do Hotel Presidente.

Para explicar melhor os casos apontados, Salomão Xirimimbi continuou: "Mas não será exactamente uma devolução. Estas sociedades tinham sido intervencionadas e a intervenção não é um confisco, nem uma nacionalização. As demais que foram nacionalizadas os antigos proprietários poderão candidatar-se, mas será necessariamente por aquisição ou por um contrato de gestão. Até porque o ordenamento jurídico actual, nomeadamente a Lei Constitucional, não permite a desnacionalização nem o desconfisco. Existe a situação de preferência, que, no fundo, é uma situação de privilégio, mas não explícito."

A dívida externa de Angola "cifra-se em mais ou menos sete mil milhões de dólares [mil milhões de contos]". O vice-ministro do Plano afirmou que o

seu Governo não está preocupado com o montante global da dívida — "que não consideramos elevado, nem preocupante, quando comparado com o de outros países" —, mas sim com o serviço da dívida, "sobretudo a de curto prazo, que está excessivamente concentrada". E enunciou a questão nestes termos: "Temos obrigações a cumprir em um mês, três meses ou num período que vai de um mês a um ano e aqui, sim, os juros são bastante elevados. Por esta razão, é que consideramos que seria de tomar medidas para aliviar a dívida".

A maior preocupação do Governo do MPLA tem sido a adopção de "uma política de redução do défice fiscal. Este ano o défice foi mantido a níveis inferiores relativamente a anos anteriores". Na verdade, o Governo angolano tinha previsto para este ano um défice fiscal da ordem dos 90 mil milhões de kwanzas, mas garante só ter atingido sete mil milhões, o que é motivo de satisfação. "O facto de Angola ter entrado num processo de paz obrigou à reformulação da política fiscal e a ter atenção aos níveis do défice, porque há empreendimentos que o Estado tem de realizar e que tiveram influência decisiva na sua determinação." ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 2 DEZEMBRO 1991

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 DE DEZEMBRO DE 1991

Para permitir a realização das eleições em Setembro de 1992 Observadores do processo de paz fazem sugestões ao MPLA e UNITA

Os observadores do processo de paz angolano vão apresentar uma série de «sugestões» ao Governo e à UNITA para permitir a realização das eleições em Setembro de 1992.

FONTE próxima do processo de paz afirmou que ainda é possível recuperar dos atrasos se se cumpriram os novos calendários estabelecidos para o acantonamento das

tropas e a extensão da administração central a todo o território, cuja conclusão está agora prevista para 15 de Dezembro.

A extensão da administração das áreas até aqui controladas pela UNITA, que se deveria ter concretizado logo após a assinatura dos acordos de paz, iniciou-se sexta-feira em Quibaxe, sede do Município dos Dombos, ocupada a 14 de Maio, poucos dias antes da cerimónia do Estoril.

A sessão que deu início formal à extensão da administração, presidida pelo minis-

tro da Administração do Território, Lopo do Nascimento, passou pela apresentação do comissário Manuel Estêvão Manuel, que reassumiu o cargo perante centenas de pessoas que regressaram à sede daquele município angolano.

A sessão chegou a estar em divida, dada a deteção de grupos armados que estavam a actuar naquela zona e que foram identificados na quinta-feira por uma delegação da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF), cujo relatório ainda

não foi tornado público em Luanda.

Entretanto, os jovens empresários portugueses que se encontram em Luanda a participar numa missão empresarial recebem que o Governo de 1992 «não respeite os investimentos estrangeiros que estão a ser feitos». A dívida foi manifestada pelo presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários Portugueses, Paulo Barros Vale, na conferência de imprensa de encerramento da primeira missão da ANJE a Angola.

Feira do Livro Português em Luanda

CERCA de 40 editoras portuguesas, 1100 autores e 800 títulos estarão presentes este ano na Feira do Livro Português, que se realiza em Luanda, de 6 a 8 de Dezembro. Sob o lema "A ler é que a gente se entende", a feira contará este ano, pela primeira vez, com um pavilhão da União de Escritores Angolanos (UEA) onde serão mostradas obras editadas por naturais de Angola no país. A feira deste ano contará com a presença de

Clara Pinto Correia e de João de Melo e será inaugurada pelo secretário de Estado da Cultura de Angola, Adelino Peixoto e pelo embaixador português, Rocha Paris. Apesar da grande procura que têm os livros da Feira do Livro Português, a edição deste ano expõe cinco mil volumes, o mesmo número que a anterior, em 1989. O Presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura, Artur Anselmo, também estará presente. ■

Novo pacote económico agita angolanos

DUAS semanas após a entrada do novo pacote de medidas económicas, o quotidiano de Luanda permanece ainda meio sonámbulo. Todas as atenções continuam polarizadas em torno dos efeitos da desvalorização em 50 por cento e da introdução de sobretaxas que, na generalidade dos casos, ultrapassando os 500 por cento, está a mexer com todo o tecido social do país. Para alguns analistas, a adopção destas medidas representa um acto de grande coragem política, restando saber se a estratégia do ministro do Plano, Emanuel Carneiro, o arquitecto da fracassada operação de troca de moeda e agora deste novo pacote, pela sua incidência gravosa na vida da população, não poderá eleitoralmente vir a penalizar o MPLA nas urnas dentro de um ano.

Durante os últimos quinze dias, a população viu-se momentaneamente desencontrada com uma nova realidade socioeconómica decorrente da subida em espiral dos preços no mercado oficial, a acompanhar o ritmo de contenção provisória dos altos preços do mercado paralelo. Se para alguns estratos da população o fim dos cartões especiais foi bem acolhido, colocando aparentemente em pé de igualdade toda a gente, para outros representou um verdadeiro «golpe palaciano» nas regalias concedidas até aqui a alguns quadros no acesso administrativo ao cabaz alimentar, lojas especiais, abastecimento complementar, enfim, tudo o que constituía um privilégio de uma minoria. De igual modo, entrou em funcionamento um novo sistema de venda e compra livre de divisas no banco ao câmbio do mercado paralelo, foi fixada uma nova taxa de juros sobre os depósitos bancários e tomado voluntário o

pagamento da quota sindical.

Apesar desta tentativa de desagramento da vida da população, a terapêutica de choque adoptada atingiu uma violência tal que está a provocar enxaquecas em muitos lares. Um economista do Ministério das Finanças disse ao EXPRESSO que «não havia outra saída, pois não se pode compreender que ainda hoje uma renda de casa num apartamento confortável na baixa de Luanda corresponda ao valor de uma lata de cerveja (2.500 novos kuanzas) ou que um reformado afluira uma pensão equivalente ao valor de uma lata de leite Nido (6.000 novos kuanzas) nas lojas oficiais». A partir de agora, o turista ou homem de negócios, que se deslocar a Luanda para se hospedar num dos hotéis geridos pela empresa portuguesa ESTA terá que desembolsar 87 mil kuanzas por uma diária, enquanto que se quiser desfrutar à beira-mar uma refeição à carta no restaurante Barracuda terá que pagar 15 mil novos kuanzas. Aparentemente altos, estes preços indexados à taxa do mercado paralelo correspondem respectivamente a 100 e 20 dólares, o que os torna acessíveis para quem lida com divisas.

Política de preços gera instabilidade

O problema coloca-se à maioria dos angolanos cujo poder de compra foi reduzido drasticamente nos últimos dias. Para os mais pessimistas, o reverso da medalha não se fez esperar, os impostos de consumo foram agravados, os preços da gasolina, pão e açúcar entre outros produtos sofreram aumentos substanciais e, não havendo um sistema de crédito bancário instituciona-

lizado, os artigos de «luxo» estão proibidos para os magros bolsos dos angolanos. Por outro lado, a alta de preços que agora se verifica e a penúria alimentar que grassa um pouco por todo o país estão a gerar uma assustadora onda de furtos e crimes que levou os vendedores ambulantes de um dos mais concorridos mercados de Luanda a exigirem, em manifestação pública, maior protecção. Nem tudo é, portanto, um mar de rosas. Tido como reconhecimento oficial da inflação, este pacote está a gerar um conflito entre os salários e os preços, reccando-se nalguns círculos que as autoridades não tenham capacidade de oferta suficiente, capaz de evitar uma apetência pelo açambarcamento por parte dos agentes privados que alimentam o mercado paralelo.

As lojas encontram-se praticamente às moscas em diversas províncias do país, havendo um nítido desfasamento entre as medidas administrativas tomadas em Luanda e a realidade de algumas regiões do interior. De resto, os focos de resistência que se registam nalgumas delas ao abandono da utilização do cartão levou a comissão permanente do Conselho de Ministros a realizar em diversas províncias as suas sessões para tentar ultrapassar a situação. Um antigo professor de economia da Universidade de Luanda advertiu que se não for feito nenhum esforço de reabilitação do tecido industrial e de aumento imediato da produção agrícola as importações aumentarão a dívida interna, temendo-se em certos meios que as medidas tomadas possam levar à falência algumas médias e pequenas empresas.

Gustavo Costa
em Luanda

Petróleo angolano é 15% da Petrogal

O PETRÓLEO angolano vai passar a representar, a partir do próximo ano, 15 por cento da matéria-prima da Petrogal. Recentemente foi celebrado um contrato entre a Sonangol e a Petrogal que prevê um tecto de importação de 20.000 barris diários de petróleo bruto angolano, equivalente a um milhão de toneladas por ano.

A companhia petrolífera portuguesa, que esteve presente na FILDA em dois stands distintos (no Pavilhão de Portugal e no dos Petróleos), chegou ainda a acor-

do com a sua congénere angolana no que toca à distribuição de combustíveis líquidos em Angola. Está previsto que, depois da constituição de uma empresa mista, a Petrogal, terá aí a funcionar duas estações de serviço no prazo de três meses.

A Petrogal, através da Agran, com sede na cidade de Luanda, pretende também desenvolver negócios no âmbito da agroquímica, um projecto que passa pela modernização e ampliação das suas instalações.

PETROGAL

Cabo Verde

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 29 NOVEMBRO, 1981

De novo em campanha

DEZ MESES depois das suas primeiras eleições legislativas multipartidárias, Cabo Verde entrou ontem de novo em campanha eleitoral, agora para as autárquicas de 15 de Dezembro.

Apesar de não se notar desta vez o entusiasmo verificado em Janeiro (e já atenuado nas presidenciais de Fevereiro, que substituíram Aristides Pereira por António Mascarenhas Monteiro), as autárquicas são aguardadas com interesse, na medida em que funcionarão como epílogo de um ano de mudanças.

Os autarcas terão um mandato de quatro anos e os problemas a enfrentar serão enormes e complexos, a começar pela falta de recursos para gerir os 14 municípios do país.

De um modo geral, é um novo confronto entre o Movimento para a Democracia (MPD), no poder há 10 meses, e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), agora na oposição, depois de 15 anos e meio de monopólio do Estado. Mas também há candidatos independentes, apoiados por um ou outro daqueles partidos ou por grupos de cidadãos.

De todos os concelhos, o da capital, Cidade da Praia, é o mais disputado, com quatro listas, encabeçadas por Jacinto Santos (MPD), Nuno Duarte (PAICV), Emanuel Sapinho (Juventude Democrática) e António Carlos Tavares, que conta com o apoio de um grupo de cidadãos.

A presidência da câmara do Mindelo, a segunda do arquipélago, na ilha de São Vicente, concorrem Alfredo Fortes (MPD), Moacyr Rodrigues (PAICV) e Onésimo Silveira, independente apoiado pela União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), que não

chegou a participar nas legislativas porque na altura ainda não estava legalizado.

Na ilha da Boa Vista, de onde é natural o antigo Presidente Aristides Pereira, o PAICV concorre sozinho, pois o Supremo Tribunal excluiu a lista do MPD, apresentada fora do prazo. E nos demais concelhos haverá apenas duas listas em cada um.

O PAICV, dirigido pelo antigo primeiro-ministro Pedro Pires, alega que desta vez o eleitorado não vai "votar às cegas, como nas legislativas". É o MPD acredita que voltará a conseguir uma vitória folgada.

Segundo uma sondagem publicada na semana passada pelo jornal "Voz do Povo" e encomendada pelo Governo à firma portuguesa Euroexpansão, o MPD deverá ganhar as autárquicas com 56 por cento dos votos. Mas a bancada parlamentar da oposição acusou o Governo de Carlos Veiga de utilizar verbas do Estado para promover o partido governamental.

"Estamos diante de um escândalo, pois tal atitude do Governo é contrária a toda a ética governativa e põe em causa a imparcialidade dos órgãos do Estado em relação aos partidos políticos", afirmou o deputado Basílio Ramos, durante uma sessão da Assembleia Nacional Popular.

A isso respondeu, em nome da maioria, o deputado António Espírito Santo que é normal o Governo encomendar sondagens, sobretudo para "avaliar o desempenho do actual executivo e do seu chefe".

Revelou até que "haverá mais sondagens" e que a oposição se deve acostumar a isso. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

PÚBLICO

DOMINGO, 1 DEZEMBRO 1981

RUPTURA EM BISSAU — A ala renovadora do PAIGC assumiu ontem em Bissau a ruptura com a direcção do partido e decidiu convocar uma conferência nacional de quadros em alternativa ao Congresso que o partido no poder marcou para o período de 15 a 20 de Dezembro — noticiou a agência Lusa. O chamado "grupo dos 121" acusou os dirigentes do PAIGC de "inflexibilidade e falta de vontade na procura de uma solução através do diálogo".

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 29 NOVEMBRO, 1981

Proibição em Bissau

A PRIMEIRA mensagem televisiva da Frente Democrática, o único partido da oposição legalizado até agora na Guiné-Bissau, devia ter sido transmitida na quarta-feira à noite, mas foi proibida, segundo uma fonte da TV guineense citada pela AFP. Terá sido o director da Comissão Ad-Hoc criada em Outubro na Assembleia Nacional Popular quem pediu ao director da estação para não transmitir a mensagem, mas esta informação não pode ser confirmada oficialmente. Há dez dias foi aprovada em Bissau a lei sobre a liberdade de Imprensa e acesso dos partidos aos meios de comunicação. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 1 DEZEMBRO 1981

Mais um partido

O PARTIDO Democrático do Progresso (PDP) é a nova formação política a ser lançada este mês na Guiné-Bissau, onde na sexta-feira apresentaram os seus processos de legalização o Movimento Bafatá e o Partido da Convergência Democrática (PCD).

De acordo com uma "declaração de princípios" facultada ao PÚBLICO pelo presidente do PDP, o advogado Amine Michel Saad, "ao homem público guineense deve exigir-se uma postura pública condizente com a Ética".

Diz-se ainda no mesmo documento que "é preciso introduzir no universo político nacional a temática da educação para o trabalho, da construção das infra-estruturas de um progresso tendencialmente auto-sustentado, da preservação do ambiente, da promoção da qualidade de vida, da paternidade consciente e responsável e das mães solteiras".

O novo partido, a apresentar em Bissau dentro de sensivelmente 10 dias, tem como vice-presidentes João Sequerra, que já foi do Movimento Bafatá, Cesário Soares e Daniel Turpin, e como secretário-geral Alfredo Nunes.

Por enquanto ainda só estão legalizados o PAIGC, que em 1973 proclamou unilateralmente a independência, e a Frente Democrática, de Aristides Menezes, mas esta semana deverá ser entregue o processo de legalização do Partido Unido Social Democrata (PUSD), liderado pelo antigo primeiro-ministro Vinor Saúde Maria.

Admite-se que no próximo ano a Guiné-Bissau possa ter as suas primeiras eleições multipartidárias, sendo prováveis candidatos à Presidência da República o Chefe de Estado actual, João Bernardo Vieira, Victor Saúde Maria, e o líder da Frente Democrática Social, Rafael Barbosa. ■

A Paz em Moçambique

Demoraram quase um ano as negociações entre os representantes da Frelimo e da Renamo para a assinatura do acordo preliminar que estabeleceu os pontos básicos em torno dos quais deve prosseguir o diálogo entre os dois Movimentos para o cessar fogo e a paz em Moçambique.

Nem a Comunidade de Santo Egidio, nem as Autoridades italianas, mediadoras do processo, podem ser responsabilizadas pela sua lentidão. Além das complexidades naturais, houve divergências que, para serem contornadas exigiram consultas em diversas instâncias. Mas se um ano foi consumido na discussão dos princípios e do quadro institucional onde se devem desenvolver as conversações, imagine-se quanto tempo ainda vai levar até que a Frelimo e a Renamo concordem em pôr fim à guerra civil e em promover a reconciliação nacional! Seis meses? Um ano? Dois anos? É imprevisível, embora exista a promessa das duas partes de deporem as armas logo que cheguem a um consenso quanto ao arazoado da "lei eleitoral" e da "lei dos partidos". Pode ser que, nessa altura, tanto o governo de Joaquim Chissano como os rebeldes liderados por Afonso Dhlakama se convençam de que mais importante do que a luta e a violência, é admitir uma saída pela via das eleições e deixar que seja o povo moçambicano a escolher, em liberdade, os seus dirigentes.

O País, dilacerado pela miséria e pela guerra, com uma das rendas "per capita" mais baixas do mundo, sem produção e sem investimentos, sem moradias e sem escolas, sem hospitais e sem água, já não pode esperar mais.

Essa é a verdade: e ou se põe um ponto final na guerra e se começa a trabalhar na reconstrução ou, dentro de poucos anos, aquela que chegou a ser, ao lado da República Sul-africana e de Angola, uma das nações mais prósperas e promissoras do continente - "a pérola do Índico" - desaparecerá do mapa.

Durante algum tempo, no período pós-Independência, a luta entre a Frelimo e a Renamo, como em Angola os conflitos entre o MPLA e a UNITA, ainda poderiam ter alguma justificativa, na medida em que cada um desses grupos estava ligado a compromissos externos e recebia apoio financeiro e militar de outros países, ou de organizações alinhadas com uma das superpotências. Por outro lado, os regimes marxistas, assentes no partido único, quer em Luanda, quer no Maputo, não admitiam a possibilidade da convivência e da divisão do poder. Muito menos se pensava em consultar as populações para que estas pudessem decidir sobre os rumos políticos ou o sistema económico mais adequado.

O quadro mudou completamente. Já não há a "guerra fria"; o socialismo desmoronou no Leste europeu; a União das Repúblicas Soviéticas está a desintegrar-se a olhos vistos; de Moscovo não chegam mais armas ou ajudas; os soldados cubanos retiraram-se do território angolano; o MPLA e a UNITA assinaram um Acordo de Paz; a Namíbia é independente; na África do Sul as leis do "apartheid" foram proscritas pelo Presidente De Klerk. Com esse cenário, que sentido tem, dentro da nova realidade

mundial, que os moçambicanos continuem a matar-se uns aos outros, que as bombas derrubem os postes transmissores da energia elétrica de Cahora Bassa, que o Vale do Zambeze esteja entregue ao abandono, que o País, sangrando e doente, esteja dividido ao meio? Para quê a guerra, se Moçambique chega para todos e se não há mais razão, senão o ódio e o ressentimento, para se continuar a destruir aldeias e a praticar atos de terrorismo nas cidades?

É possível que o reconhecimento desta situação - e também o cansaço e a falta de recursos para continuar uma luta estúpida e fratricida - acabe por acelerar as negociações de Roma. Seria bom que isso acontecesse. Para além dos motivos óbvios em favor da paz, ainda existe uma razão especial para que venha logo o entendimento. É que no 19 semestre de 1992 a Presidência da C.E.E. caberá a Portugal e os laços históricos, culturais e linguísticos que o unem a Moçambique e o seu conhecimento e experiência em África, podem ser fatores valiosos para se articular, durante a presidência portuguesa, um plano capaz de tirar do fundo do poço a economia da antiga colónia.

Até agora, o dilema dos moçambicanos, era morrer na guerra ou morrer de fome. Centenas de jovens passam pelas ruas da Beira ou do Tete estropiados pelas minas; milhares de crianças, descarnadas e doentes, pedem pão no Quelimane e em Porto Amélia. O País ainda é carcaça seca, disputada à força pela Frelimo e pela Renamo. Mas já se começam a ouvir os primeiros acordos da paz.

Se pedir, Portugal ajuda

De acordo com as afirmações de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, - Das conversações que redundaram no Acordo de Lisboa, que selou a paz em Angola -, Portugal só vai assumir um papel mais ativo no processo de paz moçambicano se a sua intercessão for pedida, além da Renamo (movimento rebelde da Resistência Nacional Moçambicana) e pelo atual Governo de Moçambique.

Entretanto, Maputo ainda não pediu, formalmente, um maior empenho de Portugal na solução da questão da implantação da paz, embora se saiba que as duas partes, representadas por Afonso Dhlakama (Renamo) e o presidente Joaquim Chissano, estão a esperar por uma segunda etapa, "após a assinatura do cessar-fogo, com o pedido de apoio no terreno, principalmente a nível militar e logístico".

As afirmações de Durão Barroso só foram feitas depois dele ter recebido o presidente da Renamo, Dhlakama, que lhe apresentou formalmente "o pedido para Portugal intervir oficialmente" nas conversações que decorrem em Roma. Embora tenha recebido "com bastante atenção" a solicitação da Renamo, o secretário de Estado considerou que "é ainda prematura tomar qualquer posição definitiva".

O encontro Dhlakama-Durão aconteceu por ocasião de uma visita particular de seis dias que o líder da Renamo fez a Portugal, primeira escala de uma viagem pela Europa, que também o levará a Espanha, França, Inglaterra e Itália.

Na capital italiana, é certo que Dhlakama se reúne com os mediadores italianos das conversações de paz. Com

o objetivo de superar as divergências entre a Renamo e o governo de Maputo, que têm travado o avanço das negociações, os mediadores admitem a realização de encontros separados com o presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama.

Numa manhã da semana passada, o Premier Cavaco Silva, recebeu Afonso Dhlakama no Palácio de S. Bento, na qualidade de Chefe do Governo português e não de presidente do PSD, quando ambos mantiveram conversações.

Em seguida, o líder da Renamo foi recebido pelo Presidente Mário Soares, no Palácio de Belém, onde aconteceram novas conversações, num encontro ocorrido um pouco mais de um mês de Maria Barroso, mulher do Presidente Soares, ter ido a Moçambique, numa visita particular de carácter humanitário.

Voz de Portugal

Rio, 22 a 28 de novembro de 1991

Casimiro Nhamithambo despede-se do PALMO

● Numa conferência de imprensa dada em Maputo, ele anunciou a criação de um novo partido, o SOL

por Lourenço Jossias

Casimiro Nhamithambo, ex-membro fundador do PALMO, anunciou na passada sexta-feira a sua desvinculação definitiva do PALMO, o Partido Liberal e Democrático de Moçambique, a braços com diversos problemas internos que afectam até o seu prestígio. Numa concorrida conferência de imprensa, Nhamithambo anunciou igualmente a criação de um novo partido, constituído basicamente por ex-militantes e simpatizantes do PALMO.

O novo partido chama-se SOL - Partido Social-Liberal e Democrático e, segundo Nhamithambo, resulta do desmembramento incondicional do PALMO. Tal desmembramento, de acordo com ele, surge como consequência da existência de fortes divergências da ordem ideológica, política, de definição e interpretação dos princípios da democracia, do radicalismo regional e do conformismo no seio daquela formação política.

O ex-membro fundador do PALMO apresentou na mesma ocasião o manifesto público do SOL, um partido que não é propriedade privada de ninguém, não ex. baixa o relógio nem esconde para os ambiciosos crónicos, corruptos e ignorantes dos problemas da sociedade moçambicana, conforme disse.

Esta formação política diz ser a expressão da revolta do moçambicano contra o regionalismo, o racismo, o tribalismo, o totalitarismo, a prepotência, o compadrio, o autoritarismo e a corrupção generalizada e sem precedentes que grassa em Moçambique.

Assim, o SOL é a favor de uma maior liberdade e participação política do cidadão moçambicano na gestão e fiscalização dos assuntos públicos, da igualdade dos moçambicanos em deveres e direitos, da recuperação da personalidade do cidadão, do seu progresso em igualdade de oportunidades e circunstâncias.

O SOL, de acordo com Nhamithambo, é pela defesa de um Estado independente e soberano, de direito, unitário, de paz duradoura e democraticamente descentralizado, defendendo formas de luta pacíficas e não violentas.

No seu manifesto público, o Partido Social-Liberal e Democrático critica o Governo pelo actual estado do Exército, onde "o soldado não passa de um simples instrumento de defesa de uma camada de elite" sem possuir as mínimas condições para o cumprimento da sua missão.

Exige do Governo um melhor tratamento aos prisioneiros que cumprem penas diversas nas cadeias, onde não há alimen-

tação, e exige que os tribunais sejam flexíveis na análise dos processos em seu poder, para não criar uma situação de negócio nos julgamentos.

No seu documento de apresentação, o SOL queixa-se da corrupção generalizada, da falta de controlo sobre os bens públicos, do tráfico de armas e de drogas, da falta de uma maior consideração aos cidadãos.

O documento apresentado por Casimiro Nhamithambo lamenta a lentidão com que decorre o processo de paz em Roma, exortando a Frelimo e a Renamo para que tenham em conta os interesses supremos do povo moçambicano e nessa base, parem com a luta enquanto decorre o processo negociado.

Neste capítulo, o SOL exige que o enviado da AIM em Roma cubra as conversações de "forma imparcial" para manter o povo



bem informado. Também apela ao Governo e aos organismos internacionais para que facilitem a deslocação a Roma de outros jornalistas moçambicanos, para se acabar com o monopólio de parcialidade que caracteriza o enviado da AIM.

Pouco antes da apresentação do Manifesto Público do novo Partido, Aristides Fonseca, ex-chefe do Núcleo do PALMO em Nampula e ex-membro do Comité Nacional, havia lido um documento anunciando a desvinculação definitiva de alguns membros e simpatizantes do PALMO.

No documento de "despedida", Aristides Fonseca e os seus colegas dizem que "saímos do PALMO depois de um longo processo de discussão interna com vista a encontrarmos formas de evitar o desmembramento".

O documento diz não existir no PALMO nenhuma seriedade e respeito pelos princípios e objectivos consagrados nos estatutos.

Desde o Congresso Constitutivo, por exemplo, a única tarefa realizada pela direcção do partido foi emitir uma série de comunicados contraditórios em que os membros da direcção ora se criticavam destrutivamente, ora se bajulavam adoradamente como se de cônjuges se tratasse.

Os núcleos provinciais ficaram a aguardar tempos a fio pelas orientações da direcção eleita, o que nunca aconteceu. Daí que o grupo que saiu do partido tenha preferido assim para "não trair a confiança do povo, que tanto acreditou em nós".

Na fase de perguntas e respostas, Casimiro Nhamithambo informou aos jornalistas que alguns núcleos provinciais do PALMO aderiram ao novo partido, como são os casos dos núcleos de Nampula, Manica, Gaza, Inhambane e Niassa.

Disse não ser possível, de momento, quantificar os membros do PALMO que aderiram ou irão aderir ao SOL, uma vez que o trabalho de registo está ainda em curso.

Contudo, sabe-se que alguns membros da direcção do PALMO, como é o caso do seu ex-Secretário-Geral, Matias dos Amores, e de alguns membros do Comité Nacional, também juntaram-se ao SOL.

Até ao princípio da noite de ontem, não era conhecida nenhuma reacção da direcção do PALMO face a este desmembramento do partido e esforços empreendidos pela nossa Reportagem para obter qualquer posição da presidência do partido resultaram infrutíferos.

Nats' guidelines for negotiations

The National Party's constitutional proposals were 'not a blueprint, but a framework' and designed to lay a foundation for negotiations, Mr F.W. de Klerk said on September 4, during his opening address to the party's federal congress in Bloemfontein where the proposals were discussed.

IT is no magic formula, but does offer a plan for a workable constitution which can guarantee democratic values," said Mr De Klerk.

The proposals contain a set of 10 "fixed points of departure" which, speakers at the congress said, were non-negotiable.

Included in these demands were that the system should:

- Be free from apartheid and discrimination in any form.
- Be free from domination.
- Promote a market-oriented economy coupled with private initiative and social responsibility.
- Accommodate the cultural differences in South Africa.
- Be based on universal franchise in a democratic structure of government.

The plan proposes a three-tier government, in which "full legislative and executive functions and authority are conferred on central government and regional and local authorities".

Every tier would have "government" in its own right with an elected authority, legislative and executive power and a tax base.

The plan suggests that the country could be divided into nine regions.

These are: A - Western Cape; B - Northern Cape; C - Free State and Qwa Qwa; D - Eastern Cape; E - Natal and KwaZulu; F - Eastern Transvaal and KaNgwane; G - Northern Transvaal, Lebowa and Gazankulu; H - the Pretoria/Witwatersrand/Vereeniging area and KwaNdebele; J - Western Transvaal.

South Africa's relationship with the TBVC states (Transkei, Bophuthatswana, Venda and Ciskei) would "have to be negotiated with each state individually".

Municipal boundaries would be delimited on "an appropriate geographical basis so as to replace current boundaries based on race". A delimitation authority could handle this task.

The plan stresses that there should be a clear separation of legislative, executive and judicial powers.

The "framework" for the proposed constitution is based on two "basic points of departure". These are that a constitutional state is established and a system is designed which will ensure the "realisation of a participatory democracy".

"Participatory democracy" would be in contrast to the Westminster system in which one party exclusively enjoys power.

The proposals suggest that this could be achieved at central government level by having two houses of parliament. Both must adopt legislation.

The first house would be elected proportionally "so that each party receives a number of seats in accordance with the share of the political support which the party enjoys nationally on the strength of a general election".

Legislation would be passed by a simple majority but subjected to a "weighted majority" for issues entrenched in the constitution.

In the smaller second house an equal number of seats would be allocated to each region.

The second house would have a veto right on legislation approved by the first house.

The executive would be a collective body known as the Presidency. It would consist of leaders of the three largest parties in the first house. If the three do not represent the majority of voters, the Presidency would be supplemented by as many additional leaders as required to represent a majority.

"The chairmanship may rotate among the members on an annual basis. Decisions are taken by consensus. Likewise, a state president may be elected on a rotating basis from the ranks of the Presidency," says the document.

At regional government level the numerical strength of the legislative authority would be determined by the size of the voting population.

The regional executive would be made up of three to five leaders of "those political parties which have a predetermined minimum representation in the legislative council".

At local government level, city councils would be elected on the basis of representation in wards, "and accepting property valuations and voter numbers in fair proportion to one another as the basis for the delimitation of wards".

The plan recommends that two voters' rolls be considered at this level. One would be for the popular vote and another for property owners, lessees and ratepayers, who would be able to elect, for example, half the city councillors.

Primeiro passo para nova Constituição

Steven Lang
em Joanesburgo

A violência entre os negros, as trocas de acusações de má fé entre o Governo e o Congresso Nacional Africano (ANC) e até mesmo um conflito entre este e o Congresso Pan-Africanista (PAC) não atrasaram o início do processo negocial na África do Sul.

O Governo de Frederik de Klerk e duas dezenas de partidos e organizações efectuaram ontem e hoje, perto de Joanesburgo, a última reunião preparatória da abertura oficial — em 20 de Dezembro — das negociações que deverão conduzir a uma nova Constituição sul-africana.

Só o pequeno partido negro de extrema-esquerda Organização Popular da Azânia (AZAPO) e as forças da extrema-direita branca é que não participam no processo negocial que deverá transformar por completo a República da África do Sul, até meados de 1993.

A principal componente da extrema-direita, o Partido Conservador de Andries Treurnicht, ganhou quinta-feira a eleição parcial que se efectuou entre os brancos de Virginia, no Estado Livre de Orange, uma das quatro províncias do país.

O Presidente De Klerk recusa-se a convocar novas eleições gerais só para brancos, como pede o Partido Conservador, mas promete que a comunidade de origem europeia (essencialmente constituída por descendentes de holandeses e

de britânicos) será consultada em referendo sobre a nova Constituição, que se espera possa estar pronta e ser promulgada dentro de dois anos.

A primeira decisão ontem tomada pelos 60 delegados às conversações preliminares foi confiar a presidência das mesmas a dois juizes do Supremo Tribunal do Rand (região de Joanesburgo): Piewt Schabert e Ismail Mohammed, que é o primeiro juiz não-branco da História sul-africana.

No entanto, o PAC ainda obrigou a uma interrupção dos trabalhos, pois queria rejeitar aqueles nomes, aceites pelas demais delegações, que representam a grande maioria da população, constituída por negros, brancos, mestiços e cidadãos de origem asiática.

Por seu turno, forças da extrema-direita reuniram-se à margem da sessão negocial, numa conferência paralela, a fim de elaborar uma estratégia de combate à transição do regime para uma plena vivência democrática.

Um rasto de violência

Este ano a violência considerada de carácter político já vitimou centenas de pessoas, na sua grande maioria negros. E os meios oficiais de comunicação social dizem que tal violência, resulta em primeiro lugar de divergências entre partidários do ANC e do Partido Inkatha; e em segundo de conflitos tribais entre a etnia xhosá e a etnia zulu.

A Frente Patriótica formada recentemente para enfrentar o Governo com uma estraté-

gia comum à mesa das negociações já foi seriamente ameaçada quando esta semana um dos seus componentes, o PAC, acusou outro, o ANC, de ter chegado a um acordo secreto com as autoridades.

O secretário do ANC encarregado das Relações Exteriores, Thabo Mbeki, e o ministro para o Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen, rejeitaram as alegações. Mas há muita gente que acredita que o movimento liderado por Nelson Mandela e o Partido Nacional de Frederik de Klerk vão ser verdadeiramente os grandes motores da mudança em curso, relegando para segundo plano todas as demais forças políticas.

Um dos pontos principais a definir hoje é quem convocará as conversações multipartidárias a começar em Dezembro. Todos os participantes concordam em que um dos coordenadores deverá ser o juiz M. Corbett, mas o Inkatha levanta objecções a outros dois nomes apontados: o moderador da Igreja Holandesa Reformada, Johan Heyns, e o presidente da Igreja Metodista,

Stanley Mogaba.

Limites da conferência

Outros pontos que têm estado a ser debatidos desde ontem são: onde se deverá realizar a conferência constitucional, em quantos grupos de trabalho é que se dividirá e como é que as decisões serão tomadas.

Muitos dos participantes no processo negocial, incluindo o ANC, entendem que a conferência multilateral a começar em Dezembro só deverá definir os princípios amplos para uma futura Constituição, deixando o trabalho final para uma Assembleia Constituinte. Mas o Partido Nacional e o Partido Democrata, dos brancos liberais, pre-

tendem que se vá mais longe, ficando a Constituição praticamente pronta quando a conferência acabar.

Os dois projectos constitucionais já amplamente divulgados são precisamente os do Partido Nacional e do ANC, um a força que há mais de 40 anos administra a África do Sul e outro a que espera alcançar a maioria nas primeiras eleições multirraciais a efectuar no país.

O objectivo do partido até agora no poder é devolver uma parte desse mesmo poder às autoridades regionais e locais, assegurando ao mesmo tempo uma "representação ponderada das minorias", de modo a que os brancos — por exemplo — não se sintam completamente ultrapassados pelo evoluir da História.

Diz o Partido Nacional que pretende um Estado unitário, incluindo os actuais territórios autónomos, ou bantustões, mas com uma acentuada marca federal.

Por seu turno, o ANC deseja "um Governo central forte", sem qualquer orgânica especial para os grupos minoritários, sejam eles os brancos, os mestiços ou os chamados "indianos". ■

Direita favorita na África do Sul

A DIREITA sul-africana representada pelo Partido Conservador deve ter infligido uma derrota clara ao Partido Nacionalista do Presidente F. W. de Klerk na eleição parcial realizada ontem em Virginia, no Estado Livre de Orange, que foi uma espécie de barómetro dos sentimentos da minoria branca.

Os resultados definitivos só hoje serão conhecidos, mas a admissão feita pelo Partido Nacionalista de que poderia perder o assento parlamentar conquistado há dois anos pela margem de apenas 47 votos equivaliu quase a um reconhecimento antecipado de derrota.

A eleição de Virginia ganhou

uma dimensão extra pelo facto de se realizar na véspera da abertura de conversações entre o Governo, o Congresso Nacional Africano e outros grupos da oposição. Parece óbvio que uma vitória da direita branca poderá ter a influência de limitar a margem de manobra do Presidente De Klerk.

A reunião das várias forças políticas sul-africanas, hoje e sábado, deve preparar a já chamada "Grande Conferência" que, no próximo mês, assinalará o que se prevê seja o começo das mais importantes negociações até agora realizadas sobre uma nova constituição que garanta o direito de voto à maioria negra. ■

20 - Pretória admite integrar negros no Governo

EXPRESSO, SÁBADO 30 DE NOVEMBRO DE 1991

A CONFERÊNCIA multipartidária sobre a reforma das instituições políticas da África do Sul, que se realizará a partir do próximo dia 20, conheceu esta semana um novo impulso, com a decisão dos três grandes partidos da África do Sul — o Partido Nacional (PN, no poder), de F.W. De Klerk, o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, e o Partido de Liberdade Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi — de se reunirem, a partir de ontem, para tentarem aplanar as divergências que estão a «emperrar» o processo.

Os principais pontos em discussão são a escolha do presidente da conferência, o número de comités de trabalho a estabelecer e as disposições transitórias durante o período de negociações, tema que vai ser um prato forte na própria conferência. Para este encontro, o ANC e o Governo sul-africano convidaram 22 forças políticas e Governos de regiões autónomas, embora o Inkatha tenha tentado limitar a participação aos «três grandes».

O actual governo sul-africano espera poder estabelecer um novo Governo de transição, já com a participação do ANC e de outros partidos, que deveria governar até à adopção duma nova Constituição. O plano do Governo é de atribuir poderes à conferência multipartidária para ela projectar as linhas mestras da primeira constituição pós-«apartheid». O ANC e os outros movimentos negros, com excepção do Inkatha, exigem a eleição pelo povo de uma assembleia constituinte.

Isto pode implicar, de acordo com os compromissos en-

tretanto feitos nesta matéria, a organização de um referendo no primeiro semestre do próximo ano, provavelmente com os votos dos brancos contados separadamente. As especulações de que o ANC e outros movimentos negros possam participar num Governo de transição já no segundo semestre de 1992 foram considera-

das, pelo secretário-geral do PN, Stoffel van der Merwe, como «um pouco forçadas».

De facto, representantes do PN acreditam que as negociações sobre a nova Constituição possam demorar até três anos, ou seja até ao fim do mandato do actual Governo, que acaba no início de 1995. Mas, como Nelson Mandela disse num

apelo à reconciliação nacional, as negociações são «a única alternativa à anarquia, ao caos e a mais violência».

Recorda-se que os confrontos entre os dois principais movimentos nacionalistas negros, o ANC e o Inkatha, já custaram a vida a cerca de 11 mil pessoas desde 1984, sobretudo nos «townships» negros.

errada, porquanto esse processo atingiu já aquilo que os anglo-saxónicos classificam de *point of no return*. Travá-lo ou, até mesmo, tentar, de algum modo, repor o *apartheid* (pelo menos, já em teoria totalmente desmantelado) seria fazer com que a massa negra se levantasse em bloco, numa onda de violência de consequências imprevisíveis.

As eleições locais que estão a decorrer na África do Sul, embora sem projecção imediata no curso político do país, podem, de alguma forma, permitir uma antevisão do voto nas eleições gerais que se efectuarão dentro de dois anos. Ao círculo de Virginia seguir-se-á agora o de Potchefstroom, onde os alegados «factores laborais» que ali se verificavam parece não existirem. Daí que o próprio De Klerk admita que «Potchefstroom constituirá um barómetro bem melhor» das tendências de voto.

Seja como for, o revés sofrido parece não o ter afectado. Em declarações vindas a lume na sequência imediata do escrutínio, o Presidente sul-africano reiterou já o seu empenho nas reformas em curso para por termo de facto ao *apartheid* e que estão a abrir caminho ao «um homem, um voto» por que intransigentemente a maioria negra há tanto se bate.

E evidente que por detrás desta votação maciça nos conservadores está o acenar do espantinho da violência negra habilmente agitado pela extrema-direita, face a uma eventual chegada ao Poder do ANC. Por outro lado, temos que convir, a violência que tem grassado nos bairros negros entre ANC e Inkatha — que o mesmo é dizer, entre *shossas* e *zulus* — e que em cada fim-de-semana deixa um rasto de fogo, sangue e morte, só contribui para reforçar as teses mais pessimistas dos ultras. Sem que chegue ao ponto de encarar De Klerk como um *traidor*, como a extrema direita o faz, a verdade é que essa larga franja da população branca talvez o comece já a encarar como «um irresponsável que importa conter enquanto é tempo». Virginia foi o primeiro sinal.

Tudo isto acontece num cenário de visível tensão, enquanto nos bastidores da conferência preparatória das conversações para a revisão constitucional, em que participam delegações de 22 forças políticas, as jogadas e manobras se sucedem — com particular ênfase numa reunião secreta de todas as forças de direita do país, com vista à concertação de um plano capaz de boicotar essa revisão. Denunciado pela Associação de Imprensa Sul-Africana, esse encontro secreto terá congregado partidos políticos, alas militares e um recém-formado «supersindicato» de direita. Recorde-se que aquelas conversações, previstas para finais deste mês, deverão constituir a plataforma de arranque da revisão da Constituição.

Frederik de Klerk deu, até ao momento, provas sobejas de ser um homem que não se deixa intimidar e um político determinado e que não abdica facilmente das suas convicções. A questão está em saber-se até que ponto os seus adversários o não conseguirão derrotar, não pela força ou pela intimidação, mas, sim, pelo voto. E, aí, a culpa não será realmente sua mas da própria maioria negra que, lamentavelmente, tem vindo a dar trunfos valiosos aos ultras para a sua campanha de envenenamento da opinião pública. E bom que Mandela e Buthelezi e os seus apoiantes o compreendam rapidamente.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 DE DEZEMBRO DE 1991

Cartão amarelo para De Klerk

A DERROTA esmagadora sofrida pelo Partido Nacionalista sul-africano no Poder, nas eleições locais que se efectuaram em Virginia, no estado de Orange, pode e deve ser entendida como o primeiro e significativo *cartão amarelo* apresentado pela minoria branca a Frederik de Klerk. O presidente sul-africano procurou já minimizar essa derrota e desdramatizar o seu significado, explicando-o como resultante de «meros factores laborais» que pontualmente se centram naquele círculo eleitoral. Mas a verdade é que a votação maciça do eleitorado branco (os negros, como se sabe, ainda não votam na África do Sul) daquele estado no Partido Conservador indicia que começa a haver, da parte desse eleitorado, um claro receio ante o avanço das reformas desencadeadas pelos nacionalistas e que, em seu entender, só um regresso dos conservadores ao Poder poderá travar.

É claro que se trata de uma suposição totalmente

Conferência entra nos carris

De Klerk já admite a formação de um governo de transição

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

A PÓS VÁRIAS semanas de sucessivas e difíceis negociações entre o governo e representantes da maioria negra do país, a tão esperada conferência multipartidária tem, finalmente, data marcada para os próximos dias 20 e 21 de Dezembro.

O êxito deste evento político sul-africano, cujo objectivo consiste em estabelecer os indispensáveis mecanismos para a elaboração de uma constituição pós-«apartheid», é colocado, desde já, em dúvida. De facto, tanto a extrema-esquerda como a direita e a extrema-direita não irão estar presentes à mesa das negociações.

Hoje, sexta-feira, vai ter lugar um importante encontro preparatório da conferência, que foi já adiado por duas vezes. Nele participará uma vineta de organizações políticas e religiosas.

As opiniões quanto à vali-

dade da realização desta conferência multipartidária dividem-se. Para o PAC (Pan-Africanist Congress) cujo «slogan» se resume no conceito «para cada branco uma bala», a reunião deveria ter lugar num país vizinho, sob os auspícios de uma instituição internacional independente, por exemplo as Nações Unidas.

Caso os pan-africanistas — conotados com a extrema-esquerda radical — não cedam e se retirem das negociações, põem em causa a existência, da recém-formada Frente Patriótica. Juntam-se, assim, à «linha das ausências», onde se encontram, à partida, os conservadores (oposição branca) e a Azapo (extrema-esquerda).

Há também a assinalar evidentes discordâncias entre os dois movimentos negros, cujas actuações políticas há muito divergem. O principal ponto que divide, nesta questão, o ANC e o Inkatha reside em saber quem deve mediar a presidir à conferência.

Sabe-se que, na fase de conversações preparatórias, o governo e o Congresso Nacional Africano concordaram em que o juiz M. Corbett seja o mediador e que os líderes religiosos presidam aos trabalhos.

No entanto, o Inkatha considera que os líderes religiosos lhe são hostis e insiste em que o juiz Corbett presida, sozinho, aos trabalhos.

O ANC havia anteriormente rejeitado Corbett para as funções de presidente da conferência, alegando que «sejam quais forem os seus méritos pessoais, como procurador-geral da República, ele é uma figura nomeada pelo governo e representa a estrutura estatal».

Um ano mais

Esta conferência multipartidária será o início de um longo e acidentado período da história da África do Sul, que poderá estender-se por mais de um ano.

Em vésperas da reunião preparatória, agendada para hoje, Mandela optou por um estilo conciliatório, fazendo um dramático apelo à «reconciliação nacional, democracia e paz».

O Partido Nacionalista, liderado por Frederik de Klerk, acabou de admitir a possibilidade de formação de um governo interino, no segundo semestre de 1992, aprovado por referendo e onde possam estar representados todos os partidos e movimentos do país.

Esta hipótese — saliente-se — tinha sido até agora rejeitada tanto pelo próprio De Klerk como pelo ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen, principal negociador do processo político em curso.

Para os nacionalistas a eleição de um governo interino estava, até há poucos dias, «completamente fora de questão». Todavia, a pressões sofridas pelo Executivo têm sido de tal ordem que — cre-se — irá mesmo assistir-se a mais uma cedência, enquanto o ANC tem motivos suficientes para considerar ter obtido mais uma vitória na luta que tem vindo a empreender.

Entretanto, a área onde se encontra instalada a mina de ouro President Steyn, explorada pela Anglo-American, voltou a ser palco, esta semana, de sangrentos distúrbios entre grupos negros rivais, assinalados pela morte de mais dez mineiros.

Entre a comunidade portuguesa, há a lamentar a assassínio de mais três pessoas, uma das quais — António Hektor, de 23 anos — foi linchado numa aldeia negra bem perto de populares bairros brancos, na cintura de Joanesburgo.

DNB 19911122 (DAILY NEWS BULLETIN)

2. SADC VEToes FW'S PLAN : BD 911122, P.1

The Southern African Development Coordination Conference (SADCC) has rejected President FW de Klerk's proposal for a regional conference, saying it is already working on a plan for a regional economic pact. The 10-member SADCC was planning to replace its manifesto, aimed at project coordination, with a formal pact aimed at regional economic integration, SADCC economist Michael Sefali said yesterday.

3. HISTORIANS SEE RED OVER DESTRUCTION OF "PW TAPES" : SIR 911121, P.11 (DAILY NEWS BULLETIN)

Historians have condemned the destruction of the tapes recording former State President PW Botha's historic first meeting with Nelson Mandela. Professor Peter Delius of Wits University's history department said he was shocked to hear the State was destroying material which should be in the archives.

Le Congrès panafricain s'est mis en marge des préparatifs de la négociation constitutionnelle

La Convention pour une Afrique du Sud démocratique (CODESA), dont les travaux devraient donner au pays une nouvelle Constitution, se réunira officiellement, pour la première fois, les 20 et 21 décembre. C'est ce qu'ont confirmé les vingt partis et organisations politiques rassemblés pour une réunion préparatoire, vendredi 29 et samedi 30 novembre, près de Johannesburg.

JOHANNESBURG

de notre correspondant

En quarante-huit heures, les vingt partis ont aplani les dernières difficultés. La CODESA, qui se réunira au siège de la Foire internationale de Kempton Park, sera présidée par les juges Ismael Mohamed et Petrus Schabot, déjà coprésidents de la réunion préparatoire.

Le Congrès national africain (ANC), opposé au gouvernement et au parti Inkatha - à dominante zouloue - sur la nécessité d'impliquer le clergé dans les négociations, a été mis en minorité. L'Inkatha a connu semblable mésaventure lorsque ses représentants essayèrent d'obtenir que

trois délégations zouloues siègent à la CODESA (l'une représentant l'Inkatha, l'autre le gouvernement du homeländ du Kwazulu et la dernière le roi des Zoulous et sa cour).

Seul le Congrès panafricain (PAC) n'a pas tenu la distance. Après quelques barouds d'honneur, ses représentants ont en effet décidé de se retirer de la réunion préparatoire. Le PAC reprochait à l'ANC, son partenaire du Front patriotique, d'avoir conclu un pacte préalable avec le gouvernement et de faire le jeu des Blancs. Constatant que toutes ses demandes étaient successivement rejetées, la direction du PAC a annoncé la convocation, le 16 décembre au Cap, d'un congrès extraordinaire où elle cherchera auprès de sa base un mandat particulier pour participer aux négociations.

Cette décision a été vivement critiquée par l'ANC et son président. M. Nelson Mandela a également évoqué les menaces que représentait l'extrême droite pour le président De Klerk. La préoccupation est fondée.

Les partis d'extrême droite ont jusqu'à présent refusé de s'inscrire dans le processus de réformes engagé depuis deux ans. Ainsi en est-il du Parti conservateur (CP).

Mais, plus radical encore que le parti du pasteur Andries Treurnicht, le Mouvement de la résistance afrikaner (AWB) d'Eugene Terreblanche a fait une démonstration de force, dimanche, à Durban, dans le Natal.

Après avoir défilé en ville à la tête de trois cents militants, M. Terreblanche a menacé le gouvernement et l'organisation de Nelson Mandela. « Si nous devons un jour discuter avec l'ANC, nous le ferons derrière nos fusils », a-t-il dit.

FRÉDÉRIC FRITSCHER

UN MAJORITY OPPOSE INVESTMENT IN SA : STR 911115, P.3
Reforms already enacted in South Africa have failed to sway a majority of United Nations members that still believe transnational companies should halt their operations in SA as a way to maintain pressure. A resolution to this effect approved by the General Assembly's Social Committee obtained 106 positive votes, with only the United States opposed. Significantly, the Soviet Union and such former satellite states as Bulgaria, Hungary, Poland and Romania were among 29 members that abstained in the vote. The European Community members were also abstainers.

DAILY NEWS BULLETIN

MOZAMBIQUE READY TO SELL GAS TO SA : STR 911119, P.24
Mozambique is looking to South Africa as an export market for its natural gas as production gets under way, says Mozambican Mineral Resources Minister John Kachamila. "Mozambique is very interested in exporting natural gas and we look for the main market in South Africa", he said yesterday.

DAILY NEWS BULLETIN

ANC OWES MILLIONS TO ZAMBIA : STR 911119, P.2
The African National Congress owes Zambia a large debt. Not only has the country played host to the movement for the last 20 years or more, but when the ANC packed its bags and went home it left behind scores of bills running into millions of rands. When it closed up earlier this year, the head office of the ANC inexplicably owed Zambia's state-owned Posts and Telecommunications Corporation (PTC) alone the equivalent of about R1 million. PTC has since been paid just over a quarter of this amount.

Caminho para a democracia está aberto na África do Sul

A AVALIAR pelo clima geral de optimismo em que terminou ontem, nos arredores de Joanesburgo, o encontro preparatório de conversações multipartidárias na África do Sul, o caminho para negociar uma nova Constituição naquele país está finalmente desimpedido.

O único contratempo ocorrido durante a reunião, foi a decisão do Congresso Pan-Africano (PAC) de suspender a sua participação no processo, argumentando com a necessidade de consultar as respectivas bases.

A posição do PAC foi ontem transmitida em comunicado e lida aos delegados das 20 forças políticas e governos de regiões autónomas participantes no encontro. A nota anunciava que o movimento fará um congresso especial, no dia 17, na Cidade do Cabo.

O êxito desta reunião de dois dias, que permitiu resolver os derradeiros problemas antes da Convenção por uma África do Sul democrática, marcada para 20 e 21 de Dezembro, constituij «uma

ruptura categórica, clara e irreversível com o passado» e uma «viragem histórica no nosso país», declarou o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen, que dirigia a delegação governamental.

«Após uma longa série de conversações preliminares, os assuntos sérios, as verdadeiras negociações começaram», adiantou.

Por seu lado, o secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, sublinhou que «mais do que nunca, estamos convencidos de que atravessamos o último quilómetro do caminho para a democracia».

Frank Mdlalose, presidente do partido zulu Inkatha, exprimiu igualmente o seu optimismo perante um acontecimento que «provou que podemos ultrapassar todas as dificuldades e divisões criadas pelo apartheid».

Conversações provocam optimismo geral

Jorge Heitor

Apesar de todas as críticas da extrema-direita, o Presidente Frederik de Klerk está a conseguir levar por diante o processo histórico de transição da África do Sul para a democracia plena.

A reunião preparatória das grandes negociações constitucionais sul-africanas terminou ontem à tarde nos arredores de Joanesburgo, numa atmosfera que a agência France Presse disse ter sido de optimismo geral, apesar de o Congresso Pan-Africano (PAC) se ter retirado do processo negociado.

O aparente êxito desta reunião de dois dias, que permitiu resolver os últimos problemas que ainda se deparavam à Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), a começar em 20 de Dezembro, constituiu «uma ruptura categórica, clara e irreversível com o passado» — declarou o ministro do Desenvolvimento Constitucio-

nal, Gerrit Viljoen, principal colaborador do Presidente De Klerk nesta fase transcendente da vida sul-africana.

«Depois de uma longa série de conversações preliminares, as coisas sérias, as verdadeiras negociações, começaram» — acrescentou o homem que há mais de um ano trabalha neste processo e que espera para os próximos 18 meses uma nova Constituição, que coloque em pé de igualdade brancos, negros, indianos e mestiços.

«Mais do que nunca, estamos convencidos de que nos encontrámos a percorrer a última milha no caminho que conduz à democracia» — afirmou por seu turno o secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, delfim de Nelson Mandela.

Uma vintena de partidos e de organizações participantes nos trabalhos manifestaram-se dispostos a tudo fazer para que em 1993 a República da África do Sul já esteja pronta a convocar eleições em que todos votem em pé de igualdade, independentemente da cor da pele.

Apenas os grupos de extrema-direita e de extrema-es-



De Klerk está a marcar pontos

querda não concordam com o modo geral como as coisas se estão a passar, mas esses grupos constituem uma minoria da população total.

A grande convergência

Em redor do objectivo básico de uma transição pacífica estão agora o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, o Par-

tido Democrata, dos brancos liberais, o ANC, o Partido Inkatha de Mangosuthu Buthelezi, grupos religiosos, empresários e a maioria dos sindicatos.

O PAC, situado à esquerda do ANC, terá um congresso extraordinário no dia 16 de Dezembro na Cidade do Cabo, a fim de determinar se volta ou não à mesa das negociações.

Quem de modo algum as aceita é a extrema-direita branca, a começar pelo Partido Conservador, de Andries Treurnicht, que deseja ver convocadas de imediato novas eleições legislativas apenas para os sul-africanos de origem europeia.

Se os conservadores conseguissem essas eleições, poderiam eventualmente vir a ser a maior

força na nova Assembleia branca e sabotar todo o processo de pós-apartheid; mas a maior parte dos observadores não cre que a África do Sul volte a ter eleições segundo linhas raciais.

O próximo acto eleitoral de grandes proporções, em 1993 ou 1994, deverá verificar-se já de acordo com os princípios universalmente aceites, sem que ninguém saiba no momento da contagem se o voto partiu de um negro ou de um branco. ■

24 O REGRESSO DA ÁFRICA DO SUL

JONUEL GONÇALVES*

A

Organização sul-africana do Comércio Externo (Safto)

acredita que as exportações da África do Sul podem registar um aumento bruto de 18 por cento no próximo ano, o que representaria o melhor desempenho do sector desde 1985. Esta previsão resulta da quase abolição das sanções que atingiam este país tanto no domínio comercial como financeiro, penalizando não apenas as vendas ao exterior mas também os investimentos.

Já para o corrente ano a Safto prevê uma subida de 12 por cento no valor exportado apesar das oscilações no preço do ouro. Neste aspecto um economista da Safto, Bruce Donald, citado pelo "Business Day" de Joanesburgo refere que ao contrário de 1985 "o crescimento nas exportações do próximo ano deve provavelmente ter lugar sem grande contribuição do ouro" e acrescenta: "o mais significativo será que o forte aumento de 1992 venha a dever-se ao reforço das exportações de bens manufacturados e à contínua diversificação dos sectores não-primários da economia sul-africana".

Em valores absolutos espera-se que 1991 produza um total exportado da ordem dos 69 mil milhões de Rands (um Rand equivale a 49 Escudos) com subida para perto dos 80 mil milhões em 1992.

As previsões da Safto são baseadas num inquérito a 90 grandes empresas sul-africanas e, para diversos meios económico-financeiros do extremo sul de África, caso os valores brutos se confirmem o crescimento real do sector seria da ordem dos cin-

co por cento após ajustamento determinado pela taxa de inflação.

Este optimismo coincide com o JSE (índice da bolsa de Joanesburgo) a situar-se durante este ano entre os mais seguros do mundo e, de forma geral, os gestores das grandes empresas esperam que em dois anos a taxa de crescimento económico global possa alcançar cerca de três por cento, chegando alguns deles a prever que durante a década em curso "uma taxa de cinco por cento ao ano não é impossível".

Para este círculos, as novas condições externas surgem como factor determinante na recuperação tanto mais que a África do Sul tem tem acusado nos últimos anos indicadores de forte depressão. A taxa de crescimento anual desceu para níveis negativos, o desinvestimento penalizou fortemente os sectores de capital intensivo e ramos como a construção civil recuaram nos últimos dez anos em cerca de trinta por cento. Pode dizer-se que só a produção de ouro manteve o equilíbrio da balança comercial e que no mercado interno o "know-how" e poder de compra da população branca amorteceram durante algum tempo os efeitos da crise.

Mas os resultados não tardaram a surgir e os efeitos sociais a fazer-se sentir. "Hoje estamos mais pobres que há dez anos" diz-se por toda a parte e uma recente edição do "Sunday Star" de Joanesburgo refere o número assustador de quatro milhões de desempregados.

Aliás, os mais recentes quadros macro-económicos do "Financial Mail", também da capital económica da África do Sul, já nem apontam os dados de desemprego entre os negros talvez

pela dificuldade de estabelecer números precisos e fixar as fronteiras com o sub-emprego. No entanto, os desempregados brancos, mestiços e indianos atingiam em Junho deste ano os 95 mil.

O estabelecimento de uma nova conjuntura internacional relacionada com a África do Sul é de natureza a reanimar a indústria local com óbvios efeitos sobre o mercado de trabalho. Estão neste caso as indústrias do aço, automóveis, materiais de construção e electrónica. Ao mesmo tempo, o termo das sanções abre perspectivas para a agricultura nos mercados da sub-região austral, onde a maior parte dos países registam sérios défices alimentares.

Calcula-se que a África do Sul possua cerca de 60 mil explorações agrícolas comerciais, parte delas de grandes dimensões e potencial. Apesar da sua importância, a vertente externa depende, no entanto da evolução interna e diversos especialistas da economia sul-africana e afro-austral sublinham a expectativa criada em torno da conferência multipartidária do próximo mês que deve preparar o terreno para o debate da nova Constituição.

Por outro lado, Nelson Mandela falando num colóquio do ANC dedicado à economia declarou que "uma economia mista é necessária nas condições actuais" sublinhando que "o Estado e o mercado têm um papel a desempenhar para redistribuir a riqueza e promover o crescimento económico". Mandela insistiu no que considera como nacionalizações necessárias e acusou o Estado de prestar assistência "a alguns conglomerados que controlam dois terços da economia".

As divergências entre o Governo de Pretória e o Congresso Nacional Africano ficaram bem patentes no começo do passado mês de Novembro, quando as autoridades introduziram o I.V.A. A central sindical COSATU, próxima do ANC, desencadeou uma greve de protesto e afirmou que o novo modelo fiscal iria provocar um forte aumento do custo de vida.

Esta tese é fortemente contestada pelos responsáveis governamentais que apresentam o I.V.A. como uma medida de racionalização indispensável no contexto que parece emergir.

Num ponto as duas partes parecem de acordo: o Estado terá de intervir para reduzir as desigualdades que, neste país assumem conhecidos contornos raciais. O governo aprovou um programa especial orientado para a população negra, particularmente nos sectores habitacional, educação e infra-estruturas, enquanto Mandela é categórico em assinalar que "as despesas do Estado deveriam ser um instrumento efectivo de redistribuição das riquezas".

É neste contexto que se situa o optimismo dos operadores de comércio externo na África do Sul e os efeitos reais dependerão da forma como forem reinvestidas as novas margens de poupança. Assim, como se verifica noutros países africanos, se não for estabelecido um sólido clima de confiança grande parte dos benefícios das exportações vão encaminhar-se para contas bancárias no estrangeiro. ■

*JORNALISTA ANGOLANO

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 2 DEZEMBRO 1991